



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

----- No dia vinte e dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; 2 - Regimento da Assembleia Municipal; 3 - Adenda ao Acordo de Execução Realização de Obras de Reparação e Manutenção nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico - Freguesia de Macieira; 4 - Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada; 5 - Documentos Previsionais da AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa, para o ano de 2018; 6 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa; b) Comissão de Acompanhamento da Ação Social; 7 - Comissão de Acompanhamento da Educação. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Júlia Maria Ribeiro, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, António José Mendes, José Bernardino Nogueira, Maria Cândida Novais, João Carlos Pinto Correia, António Filipe Barbosa, Sandra Maria Teixeira, João Carlos Fonseca, Ricardo Bessa Marques, Eduarda Filipa Ferreira, Alexandra de Fátima Bessa, Maria do Céu Vieira da Rocha, José Manuel Gonçalves, Luís Filipe Oliveira, Jorge Manuel Furtado, Ruben João Bessa, Cidália de Lurdes Neto, Maria José Meireles, Antero Correia, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Armando Jorge Moreira presidente da Junta de Freguesia de Lodares, José Joaquim Ribeiro da Cunha representante legal de Paulo Abílio Santos presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Aires presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Silva presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Gracinda Isabel Ferreira Pinheiro em representação de Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Joana Filipa Meireles Costa representante legal de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e cinco membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel Nunes, Carlos Manuel Soares Nunes em substituição do senhor vereador Cristóvão Simão Ribeiro, Cristina Maria Moreira e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que José Joaquim Ribeiro da Cunha, em representação de Paulo Abílio Teixeira dos Santos presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Joana Filipa Meireles Costa em representação de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Gracinda Isabel Ferreira Pinheiro em representação de Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Carlos Manuel Soares Nunes em substituição do senhor vereador Cristóvão Simão Ribeiro.-----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de quinze de dezembro de dois mil e dezassete.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por trinta e dois votos a favor e três abstenções dos seguintes membros: António Filipe Barbosa, Sandra Maria Ferreira Teixeira e José Joaquim Ribeiro da Cunha representante legal de Paulo Abílio Santos presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- De seguida foi apresentada a proposta número três do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do senhor Presidente da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga Fausto Manuel da Costa Oliveira.” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da proposta número três, que foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- De imediato foram apresentadas duas Moções, uma pelo Grupo Municipal CDS-PP, a Moção “A” do seguinte teor: “A segurança rodoviária determina-se, também, pelos sinais de trânsito e pelo respeito dos condutores para com os peões e vice-versa. Em vigor desde o dia 20 de junho de 2017, o Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária (PENSE 2020) é claro sobre o papel das autarquias locais na matéria de sinalética e da implementação sobre sistemas de acalmia de tráfego. Não sendo especialistas, mas estando atentos e de olhos abertos, abordamos aqui o que vemos à superfície sobre esta matéria, de uma forma superficial, mas real. Percebemos isso todos os dias, e notamos isso especialmente no número de pessoas que pedem ao CDS para que nos preocupemos com estas matérias. A atual sinalética e iluminação das passadeiras da Vila de Lousada e das nossas freguesias é para todos preocupante. Aos olhos de todos são identificadas diversas fraquezas na sua atual realidade, que se tornam um perigo iminente no período da noite. Encontramos muitas passadeiras com marcação no pavimento reduzida ou parcialmente inexistente. A sinalização vertical das passadeiras é deficiente, principalmente pelo local onde está colocada a sinalética ser de fraca iluminação, ou pela excessiva proximidade da passadeira ou estar entre a vegetação das árvores da via pública. As passadeiras, de uma forma geral, têm fraca iluminação pública e encontramos dentro do centro urbano passadeiras onde a iluminação pública é inexistente, nas freguesias sucede a mesma situação, pelo que as passadeiras passam a ser eventuais pontos negros para a sinistralidade do nosso concelho. Preocupa-nos a existência de vegetação nos separadores centrais das vias públicas na proximidade das passadeiras. Como principal exemplo, do centro urbano, temos a Rua do Comércio e a Avenida Hans Isler. A vegetação impossibilita aos condutores uma visibilidade clara da aproximação e da existência de peões para travessia, sendo um forte ponto de risco para todos. Todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conhecemos e vamos vivenciando novas e boas práticas de sinalética e iluminação de passadeiras, sejam ambas integradas ou não. Mais inteligentes e sustentáveis, com suporte para o bom funcionamento de energias alternativas e renováveis, que promovem o conforto e a confiança de peões e condutores naquele que é objetivo principal da segurança rodoviária, a proteção da vida das pessoas. No que diz respeito à acalmia de tráfego vimos ser implementadas medidas de acalmia física, que são verdadeiras armadilhas para os condutores. Trazemos ao exemplo a medida de acalmia física, lombas, que podemos encontrar um pouco por todo o concelho. Se durante o dia a sinalética de existência de lombas é visível, embora acreditamos que poderiam haver melhores práticas para chamar a atenção dos condutores que proporcionasse o maior tempo de reação, à noite são armadilhas para os condutores. Temos lombas instaladas em vias sem iluminação pública ou iluminação insuficiente, pelo que os condutores mesmo na consciência de cumprir o seu dever de velocidade moderada, quando se deparam com a lomba já a escassos metros através da iluminação dos faróis da viatura, travam de repente e grande parte das vezes é inevitável o embate do carro na lomba. O CDS-PP acredita nas medidas físicas de acalmia de tráfego, que quando eficientemente implementadas além de reduzir o risco de sinistralidade, também promovem o florescimento do comércio local, incrementando ainda a coesão da comunidade. Acreditamos, também, na moderação dos condutores. Mas não aceitamos que as nossas vias públicas onde são implementadas as lombas sejam somente para habitantes locais e frequentes que conheçam o que os espera, pelo que é urgente a necessidade de avaliar e agir para tomar medidas que promovam que as lombas sejam devidamente identificadas, também à noite, em todo o concelho. Face ao exposto o CDS-PP apresenta a seguinte moção para a segurança rodoviária atual do concelho de Lousada, com o intuito de mitigar a sinistralidade: Propomos que a Câmara Municipal avalie a atual realidade da segurança rodoviária, e que para tal seja criado um grupo de trabalho conjunto entre técnicos da autarquia, com as Freguesias e o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana, com o objetivo de estudar este problema, e apresentar as suas recomendações na Assembleia Municipal do mês de Setembro.” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da Moção “A”, que foi aprovada por dezassete votos a favor e dezoito abstenções.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- E a Moção “B” do Grupo Municipal PPD-PSD do seguinte teor: “A Decisão de instalação de pisos sintéticos em diferentes freguesias do concelho assumiu-se como o concretizar de algo que, desde há muito tempo, o PSD defendia: descentralização de equipamentos desportivos e culturais e dotação das freguesias de equipamentos de qualidade. No entanto, há que considerar que, ao elevado investimento de instalação destas obras, há que juntar o não menos oneroso custo de manutenção das mesmas. Ora, é importante considerar a incapacidade financeira das associações e ou clubes para assegurar a consequente manutenção do piso sintético e a ausência de recursos e meios técnicos para o mesmo objetivo. Além disso, é importante notar que a manutenção destes equipamentos não se compadece com oscilações de manutenção que podem decorrer, não só pelos motivos anteriormente enunciados mas também, pela possibilidade de inexistência de corpos dirigentes. Assim, entende o Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD-PSD), ao abrigo do Regimento desta Assembleia Municipal, que: Deve a Câmara Municipal assumir sob sua responsabilidade a total manutenção dos Pisos Sintéticos instalados assegurando a atempada e rigorosa manutenção dos mesmos.” -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Esta, moção, é muito clara e até muita direta. Entendemos que a Câmara deve assumir, com efeitos imediatos, todos os gastos e deve dispor de todos os recursos para a manutenção destes pisos sintéticos. Primeiro, porque os clubes em causa não dispõem de meios financeiros para o fazer, não dispuseram, não dispõem e, infelizmente, prevê-se quer a médio quer a longo prazo não venham a dispor. Segundo, os pisos sintéticos nos clubes onde vão ser colocados não dispõem de pessoal especializado para fazer a manutenção e o tratamento cuidado que merece. Terceiro, o tratamento e a manutenção destes equipamentos desportivos não pode ficar dependente da existência ou não existência ou da continuidade ou não continuidade dos corpos sociais. Por último, aqui também deverá haver um princípio de igualdade de tratamento basta lembrar-nos o que acontece na manutenção do Complexo Desportivo. Assim sendo, entendemos e propomos a esta Assembleia que a Câmara assuma, sob sua responsabilidade e sob sua alçada a manutenção destes pisos sintéticos.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente de Câmara: «Quando nós lançamos este programa de requalificação dos campos de jogos com instalação de pisos sintéticos, colocamos em cima da mesa todos os cenários porque as realidades também eram diversas. O Município era proprietário de apenas alguns desses equipamentos, outros eram propriedade dos próprios clubes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

E, face aos investimentos elevados que estavam previstos, tivemos a preocupação de que esses investimentos não ficassem dependentes dessas situações que referiram, como por exemplo haver vazios diretivos, ou casos ainda mais graves de dívidas que pudessem ser fundamento para a penhora desses equipamentos. Portanto, tínhamos que salvaguardar esse investimento avultado. A proposta que apresentamos aos clubes foi no sentido de transmitirem a propriedade para o Município, para que isso ficasse devidamente assegurado e foi isso que aconteceu. É evidente que outra preocupação, igualmente importante, é garantir as condições de boa utilização e de manutenção daqueles equipamentos, como é óbvio. E, naturalmente, que a Câmara não se vai alhear desse processo, não podia ser de outra forma. Vamos implementar um plano de manutenção e o que está combinado é que quem vai executar esse plano são os clubes, com a nossa orientação, com a nossa fiscalização e, se porventura, alguma coisa correr mal, cá estaremos para resolver esses processos com os clubes. Há manutenções periódicas que têm que ser efetuadas por empresas especializadas, nomeadamente aspirar, pentear e recolocar a borracha, mas os custos não são muito significativos. De qualquer modo, nunca deixamos os clubes pendurados perante os problemas e estamos sempre recetivos para, perante os problemas, apoiarmos as soluções. Percebo a preocupação que consta desta moção, mas, no caso em concreto, não se justifica, não tem fundamento, porque a Câmara, como não podia deixar de ser, vai acautelar devidamente essa preocupação.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Como é óbvio, nós vamos votar contra com base nos argumentos que já foram expeditos. Mas, também há uma coisa que não podemos deixar de dizer, assim se vê a confiança do PSD, nas nossas instituições.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «O deputado João Correia já disse que votava contra, é mais uma razão para não retirarmos a moção. Por isso, vamos manter a moção exatamente com os mesmos argumentos. Uma coisa é aquilo que o Senhor Presidente da Câmara nos diz, que nunca vai fugir das suas responsabilidades, de manter a boa condição destes investimentos. É importante nestas questões fazermos alguma anamnese, voltamos um bocadinho atrás para perceber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

todo o processo e perceber a importância de hoje estarmos aqui com esta moção. Nunca, em momento algum, estes investimentos foram propostos. E foram votados nesta Assembleia empréstimos avultadíssimos para que de repente se criassem campos sintéticos no Município de Lousada, campos esses que nós sempre defendemos. E defendemos que deviam ser construídos de forma muito mais ponderada, muito mais organizada, para que de um momento para outro não houvesse necessidade de fazer cinco campos sintéticos, com empréstimos de médio e longo prazo, cuja duração é superior em alguns casos, à durabilidade do próprio investimento. Ou seja, o prazo médio, isso vocês podem ver se fizer uma pequena investigação sobre o prazo de validade dos sintéticos, andar à volta dos dez anos e os empréstimos são com essa duração ou mais. Por isso, considerando tudo isto, que não tem nada que ver com confiarmos ou deixarmos de confiar nas instituições do Município, tem a ver com a realidade tal e qual como ela é. Nós aprovamos aqui o investimento e a construção destes equipamentos. Equipamentos esses importantes e necessários para as freguesias e que representam algo que sempre defendemos, descentralização de equipamentos e dotação das Freguesias de equipamento de qualidade. Ei-los a decorrer. Mas, como em tudo na vida, muitas vezes o investimento da construção não é o mais importante. A manutenção muitas vezes é muito mais importante, mais relevante e mais difícil de fazer, porque é para sempre, é de médio e longo prazo. Isso não tem a ver com confiar ou desconfiar das instituições de Lousada. Isto tem a ver com aquilo que é a observação da realidade. Todos nós vemos que há intuições que muitas vezes ficam num vazio legal, basta ver a Associação Desportiva de Lousada, que também passou por um vazio legal, durante muito tempo, estamos a falar, provavelmente, do maior clube do concelho, porque é que nós podemos supor que isso não vai acontecer com outros clubes. É possível nós atribuímos, desde já, às Associações uma responsabilidade que por muito pequena que seja provavelmente será de um valor muito elevado considerando os seus orçamentos e as suas receitas.» -----

----- Intervenção do Sr. António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Muito boa noite. Eu queria, também, pela parte do CDS dizer que de forma alguma, quer das instituições, quer da câmara em geral e em particular do senhor presidente, não ponho de forma nenhuma em causa a honorabilidade e honestidade, dessas pessoas. Todavia, e eu também já fui dirigente desportivo, sei o quanto é difícil às vezes as pessoas pegarem nessas instituições. Penso que esta Moção vai ter o voto favorável do CDS, no sentido de dar algum conforto também para o futuro. Penso que é essa a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

questão. Não fragiliza a posição e a honorabilidade e palavra do senhor presidente, nem da câmara, pelo contrário, é um reforço de boas intenções. Há uns anos que deixei de ser dirigente desportivo, no entanto sabemos o quão difícil é arranjar pessoas para dirigir as nossas associações, sejam elas de que tipo forem. Portanto, da nossa parte é um voto de confiança na palavra e na honorabilidade do presidente da câmara e do seu executivo, por outro lado, também é um reforço dessa confiança para quem quer tomar conta das Associações.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «No sentido de que o senhor deputado disse o nosso voto contra, é um voto de confiança naquilo que é iniciativa dos nossos concidadãos de que irão fazer tudo, como é óbvio, para manter aquilo que é o associativismo no concelho, e que irão zelar por um equipamento, quer queiramos quer não, contribui para a sua própria freguesia. Contribui para aquilo que é o dinamismo desportivo que neste momento o concelho vive. Portanto o nosso voto contra, é um voto a favor das instituições e um voto de confiança nessas mesmas instituições e nas pessoas que a dirigem. Ademais, os próprios campos pertencem à Câmara Municipal, que em último lugar, como é óbvio, nos termos da lei, terá uma obrigação de zelar pelas boas condições dos mesmos. Nem sequer fará sentido pormos em causa aquilo que são as condições de manutenção desses equipamentos. Sob o ponto de vista jurídico é uma Moção que não tem substrato, que não faz sentido, votamos contra!» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Magalhães do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Acho que é extemporânea esta Moção, digo-o precisamente nos termos que o João referiu. O proprietário, de facto, quer queiramos quer não, é o Município, não é mais ninguém. Há um contrato de parceria com as instituições que, e muito bem, a Câmara investiu, e reservou-se para precaver todas aquelas situações que aqui colocaram. Há uma questão que é importante, todos nós termos consciência disso e, sobretudo eu, que, felizmente, tive oportunidade de andar muito tempo nestas andanças também do desporto local. Há aqui um princípio que todos concordamos que é o princípio de responsabilidade. Estas instituições, independentemente do investimento grande que o Município fez e bem, também estão a gerir esse espaço, também têm que ter um princípio de responsabilidade que lhes cumprem essencialmente pelas condições tremendas que lhe foram facultadas para a promoção do desporto a nível local. Este princípio de responsabilidade não deve deixar de estar permanentemente focalizado em todos aqueles que dirigem estas instituições, num equipamento que, por razões óbvias, é do Município. Se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

caminharmos num sentido diferente de procurar a Câmara toda ser sempre o chapéu de tudo isto, podem não concordar com o que estou a dizer, eu admito, é abrir a porta perigosa para a desresponsabilização disso tudo. É isto que não deve acontecer. E eu sempre senti que em Lousada todas as instituições sempre sentiram de uma forma objetiva o sentido da responsabilidade, o sentido da proatividade e quando tiveram problemas sempre houve proatividade também do Município no sentido de os acompanhar. Acho que, com todo o respeito, que esta questão não deve ser descurada, de modo nenhum. Não devemos abrir uma porta para algo que não se me afigura adequado.» -----

----- Eram vinte e duas horas e dois minutos quando deu entrada na Assembleia a senhora vereadora do PPD-PSD: Sandra Maria Leonor Silva.

----- Resposta do Sr. Presidente de Camara: «Porventura, não me fiz entender. Eu vou voltar a falar na génese do processo. Na altura, quando decidimos o que decidimos, não era obrigatório que assim fosse. Nós, podíamos, perfeitamente, ter outra opção que era financiar um investimento numa associação, mas como é que íamos garantir a boa utilização e a manutenção daqueles equipamentos? Impossível! Não foi essa a nossa opção justamente porque tínhamos essa intenção, esse cuidado, essa preocupação. Por isso, conforme aqui foi dito, somos proprietários, e naturalmente enquanto proprietários vamos zelar por aquilo que é nosso. Ainda não aprovamos os contratos de comodato mas vai ficar plasmado nesses contratos essa obrigação de boa gestão e de boa manutenção daqueles equipamentos. Mais importante do que tudo é a manutenção diária, a boa utilização, a limpeza. Aquele tratamento ou aquela operação mais específica ou mais especial, que se possa fazer em determinada altura do ano, é uma tarefa para a qual a Câmara nem sequer tem meios, temos que recorrer a serviços externos. O que vos posso dizer é que, seguramente, essas operações periódicas não vão deixar de ser feitas por falta de dinheiro, até porque não são muito dispendiosas. Tão ou mais importante do que essas operações periódicas é o dia-a-dia. O dia-a-dia em termos de limpeza, em termos de boa utilização, como permitir ou não permitir determinados pitons, permitir ou não permitir utilizações que não sejam a prática de futebol, ou ter o cuidado evitar deitar chicletes para o relvado. É disso que estamos a falar. É impossível a Câmara garantir tudo isso, porque não vai lá ter funcionários. Tem que haver a dita responsabilidade, que aliás existe e tem existido nos clubes. Estar a abdicar disso seria um mau princípio, e, seguramente, o Município, não ia ter essa capacidade de resposta. Por isso é que nós fazemos delegações de competências com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Juntas de Freguesia. Por causa da proximidade. No caso em concreto, essa proximidade é exercida através dos clubes que gerem aquele espaço como se a sua casa fosse e, naturalmente, depois têm que ter a tutela, o acompanhamento, a fiscalização da Câmara Municipal. E, seguramente, que não nos vamos demitir dessa responsabilidade, porque temos que zelar por aquilo que é nosso. A única preocupação que pode existir é, se porventura, o clube não tiver meios para efetuar aquele tratamento, porque vão ter que requisitar o serviço de uma empresa. No entanto, são valores pouco expressivos, sendo certo que se necessário for, cá estamos para ajudar.» -----

----- De seguida procedeu-se à votação da Moção “B”, que foi reprovada por dezanove votos contra e dezassete abstenções.-----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção da Sra. Alexandra de Fátima Bessa do Grupo Municipal CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, restantes Vereadores, caros membros da Assembleia, caros representantes de Juntas de Freguesias, Comunicação Social e restante Público. O CDS-PP Lousada tem como missão construir com futuro, é assim que nos queremos assumir, é assim que iremos debater ao longo destes quatro anos. Contem com a contribuição do CDS para construirmos com futuro, o concelho de Lousada. Esperamos, que as restantes forças políticas, percebam de forma clara a nossa ambição e se juntem a nós, nas nossas propostas. Estamos certos que serão responsáveis e não irão rejeitar as propostas do CDS, pelo simples facto de não terem tido origem nas suas bancadas municipais. Queremos os vossos contributos para construir com futuro, colaborem connosco. Nós também iremos colaborar. Por isso traremos a esta Assembleia temas de reflexão e pedidos de ação que promovam um futuro sólido, atual, consciente e visionário para a nossa comunidade. Hoje trouxemos a esta Assembleia o tema da segurança rodoviária, que é necessário refletir. E, foi sobre este tema que apresentamos a moção. Obrigada pela vossa aprovação. A criação do grupo de trabalho interno para estudo da atual realidade da segurança rodoviária do concelho. Acreditamos que teremos recomendações que promovam o conforto e a confiança de peões e condutores naquele que é o principal objetivo da segurança rodoviária, a proteção da vida das pessoas.» -----

----- Intervenção do Sr. Armando Silva, presidente da Junta de Freguesia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Lutosa e Barrosas (Santo Estevão): «Senhor, presidente da Assembleia, queria hoje, neste local, fazer um pedido de desculpa. Na passada Assembleia reconheci que, de facto, estive um bocado maçador durante a mesma. Entretanto, esse pedido de desculpa deve-se ao facto de me sentir muito bem nas Assembleias. Mas, acho que se nós, entre todos os presentes na sala se procurarmos maior diálogo as Assembleias tornam-se mais construtivas. É por isso que aqui estou. Venho todo contente. Quando elas não são construtivas saio, provavelmente como todos vocês. Portanto, irei fazer sempre o meu melhor para que todas as Assembleias sejam construtivas uma vez que estamos todos, mas mesmo todos, a lutar pelo melhor para o nosso concelho. Senhor presidente de Câmara estou contente em relação à luz pública. Estamos a falar de Lustosa da Rua das Magarellhas e estamos a falar também de Ventuzelas. Estou contente porque são lutas que eu também estive junto, fiz o meu melhor enquanto presidente de Junta. São pedidos que vêm há longos anos, há mais que vinte anos e que foi possível agora serem resolvidos. Em relação à concretização destas ruas iluminadas, senhor presidente, eu fazia um pedido que era referente aos emails que a Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) tem enviado constantemente. Se nos debruçarmos no futuro sobre aquelas ruas que estão juntas ao ciclo, são ruas com muita necessidade e deve-se fazer o melhor possível uma vez que as crianças, quando saem de lá, oitenta por cento atravessam a pé essas duas ruas que não têm iluminação. Em relação a esse trabalho depois de colocado estou muito contente e estamos contentes porque estivemos juntos nessa concretização, mas acho que em mais alguma rua que venha a acontecer poderá correr melhor. E poderia passar, por exemplo, quando a EDP for para o terreno dar conhecimento à Junta. Não quero dizer que eu tenha que ter conhecimento ou que me devam dar porque, provavelmente, nem têm que o fazer, mas se eu tiver conhecimento ou se os senhores presidentes de Junta tiverem conhecimento, acho que podemos ajudar porque há falhas e se eu tivesse conhecimento eram corrigidas. Na Rua Magarellhas há duas falhas que deviam ser corrigidas, por exemplo, uma está pedida há cerca de quatro anos e não foi colocada e duas delas foram colocadas em sítios que não era preciso. O que quer dizer que se eu tivesse conhecimento, poderia ter ajudado, é isso que eu quero dizer. Falou-se da segurança rodoviária e muito bem. O CDS está de parabéns. Eu também trago duas sugestões, uma delas é que eu passo muitas vezes, quase todos os dias na variante que liga Lustosa a Lousada, é um perigo constante, já lá houve mortes, infelizmente uma delas foi de Lustosa. Há acidentes todos os dias que nós não temos conhecimento. Eu propunha a colocação de um separador central desde a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

SUMA até Mós, que iria evitar as manobras perigosas que se fazem e que põem a vida dos outros em risco. Temos exemplos a V.I.M. que liga Vizela a Riba de Ave, foi feito isso. Nós às vezes vamos cheios de pressa e perdemos a pressa. Porquê? Porque um separador central tira-nos a pressa e nós enquanto vamos devagar vamos em segurança. Outra sugestão seria a colocação de uma linha contínua e descontínua na zona industrial, mais propriamente da Suma a Barrosas que praticamente já não existe. É verdade que já têm vindo falar comigo, eu também lá passo. É uma zona que talvez aqui nos nossos arredores com mais nevoeiro, no tempo de inverno e que nós condutores regulamos muitas vezes pela linha contínua ou descontínua. Ela não existe e se viéssemos também no futuro a lutar para que essa linha viesse à acontecer dávamos uma alegria àquelas pessoas que vêm todos os dias almoçar a casa e regressam, porque sabemos que de Lustosa e a trabalhar em Barrosas há algumas centenas de pessoas. Faz imensa falta aquela linha ser corrigida. Senhor presidente relativamente à zona industrial e à venda de terrenos sabemos que na zona industrial existem as mamoadas em vários terrenos e que estão a ser negociados para que haja indústria. Estamos felizes, por haver tanta aderência e por estarmos a ver já construção para criar mais emprego. Em relação às mamoadas e uma vez que elas aparecem em vários terrenos, pergunto as mamoadas vão desaparecer ou vão continuar? Essa é uma questão. A outra questão que me trás aqui e a preocupação é muita, é a existência de cães vadios. Nós temos mais de cinquenta cães na rua. Há um mês para cá têm sido pessoas atacadas pelos cães de grande porte, receberam tratamento hospitalar, nestes últimos dois meses foram cinco pessoas. Enquanto, presidente de Junta estou preocupadíssimo porque vejo os cães na rua e precisamos muito da ajuda da Câmara em relação a este assunto. A pergunta também é, sei que a Câmara estava a pensar avançar com um projeto para um canil. O canil está a ser construído e se a breve prazo se nos poder ajudar no sentido de passar por Lustosa e começar, com a minha ajuda, porque estou disponível para indicar quais são as zonas onde tem mais cães. Na Rua da Bouça, dezasseis pessoas que queriam fazer um abaixo-assinado por causa de um cão que ferrou em três pessoas diferentes, uma delas era um ciclista que ia de bicicleta e que ficou muito ferido, depois das dezasseis pessoas reunirem na Junta, liguei para a dona do cão e passado alguns dias essa parte foi resolvida, mas continuamos a ter e a estar sujeitos a ter as pessoas inseguras nas ruas. Por isso, senhor presidente faço um pedido de ajuda em relação a esta questão para ajudar a resolver.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD:
«Senhor presidente, restante Mesa, senhor presidente de Câmara, senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vereadores, caros membros da Assembleia, comunicação social e Público aqui presente, boa noite. Creio que é do conhecimento geral, porque devem ter acompanhado nas notícias foi publicado o relatório da Amnistia Internacional. E, no capítulo relativo a Portugal chama-se atenção para a necessidade de priorizar a construção de habitações condignas, que é aliás, como todos sabem, um direito consignado na nossa Constituição. O relatório refere-se igualmente à vulnerabilidade de alguns grupos que são discriminados e pede-se uma atenção especial sobre esses grupos. Relativamente a Lousada julgo que os lousadenses, sobre este assunto, gostariam de saber também como se caracteriza a questão da habitação social. E, por isso, gostaria de perguntar ao senhor presidente de Câmara, se a habitação social é suficiente para fazer face às necessidades. Quantas famílias é que estão à espera, em caso de necessidade, deste tipo de resposta social? Se, não é suficiente, como é que pensa resolver o problema? E se há habitações disponíveis para suprir os casos de maior necessidade? Uma outra situação que gostaria também de falar, diz respeito ao fim-de-semana que se adivinha, que é o Festival das Camélias. Há várias atividades agendadas para este fim-de-semana, nomeadamente o jantar e o baile das camélias. Eu recebi um convite no meu email. Não sei se terão recebido também ou não, o que é certo reparei que no convite estava mencionado vinte e cinco camélias. Na altura achei a quantidade de camélias exagerada e não tinha esta quantidade suficiente no meu jardim. E até me ocorreu que pudesse ser um valor monetário, tipo aquelas rifas da associação, que nós sabemos que é um subterfujo para evitar a faturação. Creio que não será o caso, no entanto liguei para o Posto de Turismo, como lá indicava para saber como é que deveria proceder à inscrição e ao que me responderam que teria que ver se o convite era do senhor presidente ou não. Eu, por acaso, confesso que não tinha reparado e disse que não sabia. Disse que era membro da Assembleia e a senhora que me atendeu muito simpaticamente disse que iria verificar a situação e me iria ligar. E foi o que fez. Ao que me respondeu que teria de pagar vinte e cinco euros. Eu agradei. E, entretanto pensei no assunto e tirei algumas conclusões. Primeiro, eu gostava de saber para quem é que foi enviado um convite tão deselegante, onde tem vinte e cinco camélias. Um convite pago? Acho que não é uma imagem muito positiva da autarquia. Em segundo lugar, gostaria de saber se tenho que pagar os vinte e cinco euros. Não é que eu esteja preocupada com os vinte e cinco euros que tenho que pagar, nem é que queira borlas, mas se tenho que pagar os vinte e cinco euros ou cada um de nós terá que pagar, gostaria de saber quem me vai passar a fatura. Se é alguma empresa que está por detrás do evento se não é. Se é a empresa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

qual é a empresa. No convite não nos aparece referência a nenhuma empresa, a nenhuma associação, portanto, há-de haver alguém para faturar o jantar, porque a fatura é obrigatória, como sabemos. Depois, também, se o senhor presidente, não acha indelicado. Gostaria de saber de facto quem é que mereceu a honra do convite do senhor presidente, já que o senhor presidente, convidou algumas pessoas. Sei que os vereadores não foram. Parece que para os deputados também não houve convite. Mas, estou em crer, que há muita gente em Lousada e fora de Lousada merecedora de tal honra, se me pudesse dizer, se não me levar a mal esta pergunta gostava que me respondesse. E, já agora, para finalizar, um apontamento, sobre a questão dos animais abandonados. De facto já a coloquei aqui na antiga legislatura. É um facto que na nossa freguesia há muitos animais abandonados, o que constitui um perigo. Eu queria perguntar ao senhor presidente sobre a questão do canil. Isto, tem a ver com a nova legislação, também, que proíbe o abate de animais. E, se o canil, já tem condições efetivas para receber os animais que porventura possam estar abandonados. E, também gostaria de saber que ações a Autarquia, está a empreender, no sentido de potenciar a adoção de animais e sensibilizar as pessoas para este problema.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando, pela intervenção do senhor presidente de Junta de Lustosa e Santo Estevão, sobretudo o caso de Ventuzelos, tardou, tardou, tardou e, com muita pressão nossa junto da EDP, a determinada altura a obra foi assumida, mas ainda assim, aconteceram mais problemas, porque para além da iluminação pública foi necessário um reforço de potência em todo o lugar de Ventuzelos que tinha, de facto, uma potência de energia elétrica insuficiente e era reclamada essa obra pela população já há muito tempo. Foi necessário fazer um PT aéreo para ir buscar essa potência de média tensão a outro local e foi necessário atravessar terrenos privados, conseguir o acordo dos proprietários e isso é que demorou bastante a resolver esse problema. Cheguei a estar no local, juntamente com o senhor presidente de Junta, para ver se conseguíamos convencer as pessoas a cederem de uma forma voluntária e permitir que a EDP realizasse a obra. Felizmente a obra está a ser finalizada. Entretanto, um Município já me pediu a colocação de mais alguns postes para o lado de Santo Estevão, para ligar até à Estrada Nacional. Há sempre afinações a fazer, mas o essencial está em execução. Relativamente à outra rua junto ao ciclo, vou confirmar se já estará em vias de se executada pela EDP. Tenho agendada uma reunião com o senhor diretor da EDP, porque as respostas da EDP estão a ser muito tardias. Não sei se já repararam, por exemplo, nas obras que estamos a executar, temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

postes no meio dos passeios, porquê? Porque a EDP está a demorar a dar respostas para as nossas pretensões. Neste momento estamos a fazer um trabalho de inventariação daquelas situações que nos parecem adequadas de resolver na iluminação pública para não andarmos a resolver os problemas aos soluços e ter uma abordagem integral no concelho. Numa das reuniões que tive com o senhor diretor da EDP também pedi ajuda da EDP porque, julgo que sabem, sempre que há uma extensão de rede a Câmara tem que pagar, fiz esse pedido para ver se a EDP nos dá também uma ajuda nesse sentido. Vou inteirar-me de qual é o ponto de situação desta situação porque, porventura pode já estar autorizada, pode estar pendente de resposta da EDP. Relativamente a informar a Junta, normalmente os pedidos de colocação de iluminação pública vêm quase todos através das Juntas de Freguesia e, em princípio, nos pedidos já está devidamente assinalado o local onde se pretende, por isso quando diz que se colocou em sítios onde não eram precisos, acho estranho porque somos criteriosos e, como sabem, aliás já o disse aqui mais do que uma vez, que em estradas que não tenham edificações temos resistido na colocação de armaduras. Posso verificar qual é o ponto de situação. E, sendo necessário afinar qualquer coisa, podemos avaliar. Relativamente à variante, já aqui em tempos foi falado também a questão das pinturas, e de facto era pertinente, porque quando está muito nevoeiro é essencial a pintura. Relativamente à Estrada Municipal que liga a Santo Estevão tomei nota para vermos se diligenciamos nesse sentido da pintura. Na variante o problema, de facto, é falta de civismo. É inqualificável aquele tipo de inversão de marcha. Nós sabemos as razões pelas quais isso acontece. É evidente que é sempre importante um reforço de fiscalização por parte da GNR, mas isso não basta, porque é impossível ter ali as forças de autoridade o dia todo. Provavelmente com colocação de marcos de sinalização no eixo, resolveria a questão. Vamos estudar o assunto para ver se melhoramos as condições de segurança. Relativamente à zona de acolhimento empresarial de Lustosa, as mamoeiras vão ser preservadas, não podia ser de outra forma. O próprio projeto de loteamento já prevê exatamente isso, portanto, aquele retângulo logo na frente do loteamento industrial está protegido. Atrás não há mamoeiras. Foi feito um estudo arqueológico que caracterizou devidamente todos aqueles vestígios arqueológicos, e chegaram à conclusão de que havia uma parte que valia a pena ser preservada. O projeto de loteamento teve que respeitar esse estudo, aliás, teve que ser, inclusivamente, objeto de parecer favorável da Direção Regional da Cultura. A parte que está em condições de ser preservada é a parte frontal. Relativamente aos cães, o senhor presidente já em tempos falou nisso. Presumo que aquele incidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do cão que mordeu o ciclista tenha tido logo uma intervenção, que tenha sido resolvido e que o cão tenha sido recolhido. A preocupação que eu estou a perceber do senhor presidente, porventura, pode acontecer com outros animais, podemos tentar desenvolver uma diligência específica para Lustosa. Se há assim tantos cães, podemos marcar um dia ou dois para se procurar resolver o problema. Sendo certo que, a maior dificuldade que nós temos é andar à procura do animal, porque parece que eles adivinham quando lá vamos e ninguém os encontra. Mas, com a ajuda do senhor presidente tentamos articular uma diligência no sentido de procurar resolver o problema. Relativamente ao canil, já foi objeto de obras, já está em funcionamento. É evidente que todos os canis por maior que seja a sua dimensão têm sempre uma lotação. E, o grande problema é que com as novas regras desta lei, não sendo permitido o abate ou sendo fortemente restringido, é um problema sério com o qual nos vamos deparar. Nós temos, de facto, promovido a adoção, temos facilitado e apoiado a intervenção da Associação Lousada Animal e de outras que queiram associar-se a nós, no sentido de promover a adoção, mas, infelizmente, as consciências ainda não estão assim tão recetivas a isso e, portanto, toda a ajuda que todos nós pudermos dar para sensibilizar as pessoas será bem-vinda. O contributo que pudermos dar nesse sentido e de poder também incentivar os outros na adoção é sempre bem-vindo, porque é de facto a única via que existe para evitar que os cães andem na rua. Relativamente à intervenção da Dra. Cidália Neto, se a habitação social é suficiente, depende do conceito e do objetivo da habitação social. Seguramente que por mais habitação social que existisse havia sempre pretendentes para o efeito. Agora, como tem dito, e bem, a senhora vereadora do pelouro, a habitação social não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como meio para auxiliar as pessoas a sair de uma situação de fragilidade económica, que as impede de aceder ao mercado de habitação ou ao arrendamento da habitação e, por isso, não está previsto no nosso horizonte construir mais habitação social, mas temos que procurar outras soluções para fazer face às necessidades dos nossos concidadãos que sentem essa dificuldade de aceder a uma habitação condigna. Por, coincidência, hoje recebi um telefonema da senhora presidente do Instituto de Reabilitação da Habitação e Reabilitação Urbana, que esteve cá antes do Natal. Nós pedimos uma diligência, aliás, julgo que, inclusivamente, já o disse aqui na Assembleia que tinha marcado essa reunião porque nos preocupa sobretudo a situação do Bairro Dr. Abílio, não só pela necessidade de execução de obras, porque aquele espaço precisa de ser requalificado, mas também pelo facto de lá existirem habitações vazias, devolutas que precisam de ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

intervencionadas para depois permitir quem está a aguardar habitação possa ocupá-las. A senhora presidente ficou sensibilizada e demonstrou toda a vontade de resolver o problema e hoje ligou para nos convidar para um projeto piloto, numa abordagem diferente no programa de renda apoiada. Poderá ser uma boa saída e uma alternativa também à questão da habitação social. Está a ser desenvolvido esse estudo e vamos ver se conseguimos capitalizar para Lousada também essa resposta para fazer face a essas necessidades. Relativamente aos casos mais graves, com certeza que sim, temos sempre uma reserva, para aquelas situações de emergência de casos graves que têm que ser acudidos e aí nunca esteve em causa essa resposta.

No que diz respeito ao jantar, não fui eu que convidei, eu não convidei ninguém, quando muito podem ter lá colocado o meu nome nos convites como se coloca em todos. Agora, estamos a falar não só do evento da promoção das camélias, mas sobretudo do fim-de-semana ou dos fins-de-semana gastronómicos, portanto, o desafio que nós lançamos a todos os restaurantes é que se associem a este evento, é um evento, inclusivamente, patrocinado, quando digo patrocinado, é incentivado pela entidade Regional do Turismo Porto e Norte. No caso em concreto, o prato que nós estamos a tentar promover aqui em Lousada é o cozido. A ideia é que os restaurantes adiram a essa iniciativa e no caso em concreto o jantar julgo que será num dos restaurantes e quem passará, naturalmente, a fatura é o restaurante respetivo.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção da Sr. António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «O CDS queria reportar algo que está na comunicação do presidente da Câmara e tem a ver com o seguinte: De facto, o CDS queria agradecer o convite que nos foi feito e que aceitamos para o ato de encerramento do Ano Municipal do Ambiente e da Biodiversidade. O CDS quer dar os parabéns pela iniciativa, foi um sucesso! Acho que são aquelas que se podem considerar boas práticas, todavia, o CDS também quer lamentar que não tenham tido a mesma deferência e a mesma consideração para um ato que se realizou posteriormente, a chamada proclamação do Ano de 2018 como Ano da Criança. Certamente, que se tivesse convidado o CDS ou pelo menos os grupos parlamentares, o CDS pela sua parte estaria presente e teria muito gosto, porque sempre se associará a todas iniciativas do género. E, também, com isso, com certeza e passe a imodéstia, mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lousadenses, estariam representados nessa cerimónia, porque aqui fica o reparo, parabênzo por um lado prémio laranja, por outro lado prémio limão por não ter tido a mesma deferência no outro ato. Fica aqui este registo e boa sorte e espero que no ato de encerramento possa estar presente como marcamos no outro.» -----

----- Intervenção da Sr.^a Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Senhor, presidente, confesso-lhe, que fiquei um pouco baralhada, nada esclarecida, com algumas das respostas, que senhor me deu. Relativamente, ao jantar e baile das camélias, devo-lhe dizer que achei uma iniciativa interessante até pelo glamour que deverá implicar. Confesso, que me seduziu. De qualquer forma a informação que me veicularam foi mesma essa, que o senhor presidente terá mandado um convite, perguntaram-me se o convite era do senhor presidente ou não. Não estou a inventar foi a informação que me deram. No entanto, não sei se o jantar e o baile se é destinado aos lousadenses em geral, porque na verdade não vejo, nem nas redes sociais, nem em lado algum a referência ao valor a pagar. Portanto, as pessoas creio que não sabem, se poderão ir, não sabem se terão que pagar. Penso que há alguma desinformação, as pessoas não estão muito esclarecidas. Também gostaria de saber se é dirigido aos lousadenses em geral, se não, acho que esta questão, é importante. A questão da faturação, pelo que eu percebi, será o restaurante a emitir a fatura do jantar, se bem entendi, o que o senhor presidente disse.» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Senhor presidente nas suas informações refere que continua a construção dos pisos sintéticos dos campos de Caíde, Nevogilde e Romariz, urge questionar, o seguinte: para quando ou se já está definido o início da segunda fase? Se está, que campos vão ser abrangidos? E, já agora, quais os critérios que estão subjacentes a esta segunda fase? Quanto à questão que foi colocada aqui pela minha colega da bancada parlamentar. Eu pergunto, diretamente, ao senhor presidente, se eu for amigo do senhor presidente da Câmara o jantar é de graça ou se não for amigo não é?» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente da Assembleia, restantes membros, senhor presidente de Câmara e senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público e comunicação social. Quero, em primeiro lugar, agradecer a esta Assembleia o voto de pesar pelo falecimento da minha mãe. Queria deixar uma recomendação ao senhor presidente de Câmara e a esta Assembleia para que se pronuncie e faça chegar às entidades competentes a situação e faça todos os possíveis e eu também o farei, enquanto presidente de Junta, no sentido de que o Hospital



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Penafiel venha de uma vez por todas, a ter um serviço de urgências capaz. É demais previdente não só pelas últimas notícias, mas também porque é recorrente e eu tive essa experiência, infelizmente devido ao acompanhamento fiz da minha mãe e de outras situações em que tenho estado no hospital, do caos e da falta efetiva de médicos que existem. Há dias estive lá e falei com o diretor de serviço, há problema em relação aos médicos internos que neste momento se recusam a fazer a urgência. Estamos de facto perante um problema gravíssimo. Este hospital é um hospital que serve o concelho de Lousada, não podemos continuar numa situação assim, porque é impossível as pessoas irem ao hospital e depois têm que sair a meio, porque é preferível ir ao serviço privado. O hospital não está a fazer um serviço público, não está de facto a fazer aquilo que é sua responsabilidade e, portanto, de duas uma ou há aqui um reforço do serviço hospitalar ou então que diga claramente aos utentes que só aceitam doentes muito graves, e que só a esses é que terá capacidade de responder e os outros que vão ser canalizados para outros hospitais ou para outras situações. Queria questionar também o senhor presidente de Câmara para outro assunto. Em Alvarenga, há mais de um ano que foi colocado o saneamento na rua das Mimosas, rua de Nossa Sra. da Natividade, rua Cabo Vila, este saneamento está colocado há mais de um ano, foi em setembro de 2016, estamos a fazer dois anos e continuamos sem o saneamento estar ligado. Senhor presidente de Câmara, queria saber, claramente e disse aos habitantes de Alvarenga que em todas as Assembleia iria colocar esta questão até que ficasse realmente resolvida, porque acho inadmissível que perante tanto tempo, as pessoas continuem sem poder ligar o saneamento. Estamos a falar de pessoas que estão e sempre estiveram disponíveis para fazer essa ligação, o que traria uma receita muito importante para a Câmara. E resolvíamos problemas de saúde pública para as pessoas ali residentes. Gostava de uma resposta clara sobre isso. Queria também reforçar uma ideia e mostrar o meu contentamento o senhor presidente de Câmara referir, depois de três anos de criação, a Lousada Animal como uma associação criada e que agora é reconhecida pela Câmara Municipal como tendo um trabalho muito importante para o concelho de Lousada na adoção dos animais mas, também referir que eu, já na altura, tive oportunidade de o fazer numa reunião que tive consigo, porque a questão dos animais abandonados não se resolve apenas com a adoção e muito menos com o abate, porque ele é proibido, só em casos muito concretos e muito específicos é que pode ser resolvido, portanto que políticas de controlo animal é que a Câmara está disponível a fazer, incluindo as Juntas de forma a nós, como houve concelhos neste país que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

já o fizeram, reduzirmos e controlarmos os animais? Só por aí é que nós podemos resolver o problema, tem que ser com políticas efetivas de responsabilização dos detentores dos animais e, sobretudo, de controlo dos animais é que se resolve o problema. A última questão, tem a ver com a rua Avenida Cidade de Tulle. Os moradores também têm-me feito chegar o seu descontentamento como a forma como a rua contínua sem ser tratada, sem ter ali um enquadramento. Foi feito uma reparação na estrada da Bota e aquela rua está completamente abandonada, cheia de buracos e precisa de uma intervenção o mais rápido possível gostava, de saber para quando. Também já coloquei essa questão à Câmara, como não obtive resposta, aliás, gostava de o dizer, é muito frequente nós enviarmos um conjunto de ofícios para a Câmara e não termos resposta e, por isso, venho insistir. É por isso que trago este assunto à Assembleia para ver se pelo menos aqui consigo uma resposta mais efetiva sobre o assunto. Outra questão, a Rua de Santo António, voltamos, novamente ao caos na Rua de Santo António, para quando um projeto de intervenção naquela rua?» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, estimado público e comunicação social relativamente à comunicação do senhor presidente quero mais uma vez congratulá-lo por todos os investimentos feitos. Costumo reiterar esta minha opinião e, é verdade, é que aprecio sempre o trabalho que é desenvolvido. E neste local deve ser também parabenizado o trabalho que tem vindo a desenvolver. Relativamente à comunicação do membro do CDS, senhora Alexandra, partilho da mesma opinião. Devo dizer que é esse o espírito, como eleitos devemos trabalhar pelos lousadenses no sentido da cordialidade, no sentido de obter o melhor resultado para o povo lousadense. Relativamente à questão do evento das Camélias que já vai na nona edição, devo parabenizar a senhora vereadora pelo empenho total que tem nesta promoção e pela questão dos fins-de-semana gastronómicos, inseridos no âmbito do Turismo Porto e Norte. Como sabem muito apreciado por muitas pessoas e que seguem rigorosamente a promoção destes fins-de-semana. E, como é óbvio é muito importante para o concelho, porque só assim, é que se promove o comércio e a restauração local. E é óbvio que quando vamos a algum restaurante no final pedimos a fatura. A preocupação aqui, eu percebi, foi o baile e o jantar das camélias. Lá diz vinte e cinco camélias, é simbólico. Todo o convite é bonito. Aparecer vinte e cinco euros, não fica muito mais bonito vinte e cinco camélias? A mim parece-me que sim. Agora, é óbvio que como todos está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

divulgado nas redes sociais, nos jornais, diz vinte e cinco camélias. Eu não tive a sorte de receber um convite. A divulgação que diz é vinte e cinco camélias e é para quem quer, ora, se eu não puder sair para jantar fora, eu não saio. E, não pago. Ninguém me obriga a pagar nada. Mas, como todos os jantares eles devem ser pagos. E, não se esqueçam que quem tem a possibilidade deve fazê-lo e deve pagar, porque só assim é que se promove o crescimento das nossas instituições, porque estas festas e festinhas só visam isto, que é promover a restauração e o comércio local. Para, além disso, mostramos algo que é muito bonito. E, que eu também aconselho que é visitar os jardins com as camélias. Que é muito bonito. Em vez de dizermos mal, promovemos aquilo que é nosso. É isto que é importante, não fossemos todos lousadenses. Relativamente, à questão, do convite, queria só dizer isto: Há questões que nós, às vezes temos a perceber, que normalmente quando aparece o nome do senhor presidente, em qualquer convite, em qualquer divulgação é óbvio que vai o senhor presidente. Mas, acredito, que se fosse convite direto, vinha do gabinete da presidência. Será que foi daí que recebeu o convite?» -----

----- Intervenção do Sr. João Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, caros colegas, público e comunicação social. Eu venho aqui, só mesmo para reforçar o pedido da minha colega, Dra. Cidália, acho que seria necessário haver realmente mais informação em relação a este jantar, porque se estamos a falar seja de vinte e cinco camélias ou seja de vinte e cinco euros, é tudo muito vago, depende, se nós tivermos bastante pão-de-ló e bastante champagne distribuído, pode ou não, ser um valor exagerado.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Gostaria, de apreciar o repto da Alexandra e também do Fausto. Esta questão do Hospital Padre Américo já foi aqui objeto de discussão na anterior legislatura. Já foi até objeto de múltiplos descritos nos jornais daqui da região e, muito provavelmente teria um desses sinais de união, porque penso que nisso estamos todos de acordo. Eventualmente, na próxima sessão desta Assembleia Municipal, ponderar a apresentação conjunta de uma moção relativamente a este tema, no sentido de a fazer chegar não apenas ao Hospital Padre Américo e aos seus órgãos dirigentes, mas igualmente ao senhor Ministro da Saúde. De facto, aquilo que se passa no Hospital Padre Américo, é vergonhoso. E não é de agora, já tem um bom par de anos. Uma outra iniciativa que também gostaria de congratular, é aquela que o senhor presidente de Junta de Lustosa, aqui veio trazer relativamente à questão da variante, porque de facto é uma questão que é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conhecimento comum. É algo que todos nós vemos e é indubitável que é necessário tomar medidas relativamente àquela situação. Eu não percebo muito desse tipo de política em termos rodoviários do que se pode fazer ou não, mas acolho como boa essa sua proposta do separador central. Não sei até que ponto é que colocar também nas faixas externas de rodagem uma linha amarela não iria fazer com que as pessoas se inibissem de estacionar os veículos e de utilizar aquilo para algo que todos nós, no nosso interior, já sabemos o que ali se passa. E digo isto com o à vontade de quem já escreveu sobre isso. Nós temos ali um problema rodoviário, sem dúvida! Mas, também temos ali um problema de saúde pública, muito grave. Temos, ali um problema reputacional para o concelho, muito sensível. Tem que ser tratado. Quer para o bem ou para o mal. Cabe, também nas atribuições do nosso Município. E, portanto, nós não podemos fechar os olhos a isto. Achamos, piada à coisa, porque não tem piada. Neste momento não tem piada. Como, é óbvio, nós deveríamos aguardar e deveríamos esperar que a Administração Direta do Estado, eventualmente, o Parlamento, adotasse medidas no sentido de resolver esta questão de uma forma mais ampla, mais aberta. Mas, enquanto isso não acontece, nós enquanto dirigentes locais, enquanto representantes do povo, devemos também tomar as medidas e as decisões que julgamos ser mais convenientes à percussão daquilo que é o interesse público. E, neste caso que é o interesse da saúde pública, interesse reputacional do concelho e os interesses dos lousadenses, em último lugar. Eventualmente, devemos até pensar nisso num critério mais amplo. Por último, só queria dizer uma coisa. A questão do Festival das Camélias, de facto, eu acho que nós às vezes olhamos ao pormenor e não olhamos à dimensão da coisa. Nós há uns anos a esta parte, praticamente todos os anos, vimos aqui a esta Assembleia discutir o Festival das Camélias. Foi algo que até inicialmente e, não poderão negar, foi bastante criticado, porque não teria a relevância e a dimensão como aconteceria em outros concelhos, penso que era na Póvoa do Varzim. Não teria essa relevância. E, é verdade é que ao longo dos últimos anos, o Festival foi ganhando uma relevância cada vez maior e cada vez mais acentuada. Que neste momento, no meu modesto entender, é algo que nós devemos preservar e incentivar. O resto do convite, isso é folclore, no fundo. Até, porque vamos ver lá uma coisa, nós podemos tentar pegar na questão das vinte e cinco camélias ou dos vinte e cinco euros ou como diz ali o Dr. Gonçalves se toda a gente paga é porque tem convite paga ou não paga. Perguntou, questionou e o senhor presidente de Câmara há-de responder. Mas, essa questão, Dr. Gonçalves, é uma questão, um bocado, como lhe direi e nem sequer tem um bocadinho de cabimento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque todos nós sabemos que há aquilo que é um convite institucional, para os convidados institucionais, nós, não vamos, exigir-lhes o pagamento desse valor, imagino eu. Imagino, os Srs. Presidentes de Junta, se convidar alguém de um órgão superior, imagino eu, que tenham a deferência de suportar esse custo, com o orçamento da junta de Freguesia. Tal, como disse aqui o meu colega e bem da mesma maneira que suportam outros custos associados à junta de Freguesia, para realização de eventos, de passeios do quer que seja. É uma questão institucional e é uma questão que devemos manter. E, portanto, estarmos a olhar a esta questão. Eu, mais, uma vez, digo-lhe uma coisa Cidália, quero-lhe dar os parabéns, porque eu também não recebi o convite. E, portanto é uma pessoa muito especial. E acho que isso deve ser valorizado.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Relativamente ao repto de uma moção conjunta na questão do Hospital, é óbvio que está aceite. Fica a necessidade de encontrar um texto comum para aqui ser aprovado. Relativamente às camélias, queria dizer também uma coisa e que é verdade, passados estes anos costumo dizer uma coisa, que é: todos nós e todas as situações quando olhadas ao microscópio têm defeitos e, por isso, nós não podemos olhar as realidades ao microscópio temos que começar a ter uma visão muitas vezes mais ampla. O que não invalida que olhemos também à lupa e ao microscópio para corrigir algumas coisas. Até, porque os maiores problemas são descobertos quando colocados num microscópio. São pequeninos, mas não deixam de ser relevantes. Deixarei uma sugestão relativamente às camélias, não sei se já pensaram nós acabamos com a Comissão de Acompanhamento das Geminações e foi por unanimidade. No entanto há um concelho muito perto, na Galiza, que é capital das camélias, que é Pontevedra e que faz um trabalho extraordinário, não sei o que se faz no concelho, eu não vou dizer que sei, porque não sei mesmo. Não estou aqui com qualquer tipo de ironia. É que eles fazem um trabalho muito grande e um trabalho extraordinário. Assim, como também a Câmara do Porto o faz, com as escolas, quer com as escolas públicas, quer com as escolas privadas, na promoção do Festival das Camélias. Na promoção da importância das camélias para a cidade em geral e para a comunidade educativa e, por isso, os alunos envolvem-se muito nestes projetos. E, por isso sei que a Câmara do Porto o faz e sei que em Pontevedra também o faz, porque tenho ligações quer num concelho quer no outro.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu queria aqui clarificar, uma coisa que acho que às vezes as pessoas não compreendem. Nós estamos aqui para debater os assuntos do interesse do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Município e eu pertenço à bancada, por acaso é a bancada da oposição, assim quiseram os lousadenses. É óbvio, que eu venho aqui com o tempo escasso, não venho tecer muitos elogios, como é evidente, todos compreenderão. Eu venho chamar à atenção para aquilo que eu acho que está mal. Estou a fazer o meu dever. Sobre o Festival da Camélias, eu julgo que nunca, na minha intervenção anterior disse mal do evento ou mostrei desagradada com o evento, pelo contrário, eu até disse que achei muito boa ideia o baile. Parece uma ideia sedutora, com algum glamour associado às flores, que eu achei muito bem. E congratulo-me com o facto de o evento estar a crescer. É óbvio que sim. Agora, não vou perder aqui o meu tempo com os elogios. Se vocês não percebem é bancada da oposição, por isso é que é oposição, como é evidente. É claro que há muitas coisas boas, não vou para aqui elencá-las, senão o senhor presidente da Assembleia manda-me calar e eu fico sem referir aquilo que tenho que referir relativamente ao que acho que está menos bem. Vamos, compreender e entender isso, porque ninguém está aqui a desrespeitar e a dizer mal. Eu quero que compreendam isso, é tudo numa perspetiva construtiva. Não sintam isto como uma crítica ou quer que seja. O Dr. João Correia falou aqui que no passado, nós até tínhamos uma perspetiva não muito positiva sobre este evento. E, devo-lhe, dizer que fui uma das pessoas, que falei do assunto e quando falei do assunto referi-me ao facto de haver um esforço tremendo para registar a marca Camélias, quando nós tínhamos outras marcas, que acho bem mais importantes no concelho e que nunca houve esse esforço grande ou pequeno, quer que seja, para que isso acontecesse, nomeadamente, o desporto automóvel. Foi, nessa altura, que realmente disse que já tínhamos aqui uma tradição enraizada, o desporto automóvel, por que razão nunca se tinha preocupado com a questão dessa marca de Lousada e se viravam para as camélias que era uma área sem tradição em Lousada. Claro, passaram os anos, tem crescido o evento e ainda bem! Congratulo-me com isso, agora isso também não invalida que eu chegue cá e fale de alguns aspetos que me parecem menos bem. Sobre o jantar em particular, estive a verificar e, é um facto, penitencio-me já que no facebook do Município, de facto, o convite, bem, chamemos o que lhe quisermos, receber um convite para um pagamento de vinte e cinco euros, não sei se é bem um convite. Vamos lá dizê-lo. Eu recebi um convite, sou privilegiada, mas tenho que pagar vinte e cinco euros. Não é muito, mas cada um sabe da sua carteira. Agora, de facto está lá, em letras muito pequeninas, vinte e cinco camélias. É um facto, no facebook do Município, não tinha reparado e creio que a maior parte da população em Lousada não reparou nesse pormenor. E, julgo que até há pouca divulgação. Agora dei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

uma vista de olhos no facebook e há pessoas a comentar, isso até é mau em termos da imagem da autarquia, a comentar, que só é de graça para as pessoas da Câmara. É o que lá diz, num dos comentários. Mas, se não há clarificação as pessoas começam a pensar aquilo que até não devem. É óbvio que não considero que esse comentário esteja correto, como é evidente. Ninguém acredita nisso, é óbvio. Mas, para não dar aso a esse tipo de interpretações e para as pessoas pensarem coisas que realmente não são e ter uma má imagem da autarquia, porque todos queremos que a autarquia tenha uma boa imagem, ninguém está aqui interessado em denegrir a imagem da autarquia, era bom que clarificássemos essas questões. E, é óbvio que se tivermos que pagar, pagamos, se é para pagar, pagamos. Agora, não tem que haver problema nenhum em dizê-lo, que é um evento e tem que pagar. A entidade organizadora é este restaurante ou esta quinta, não sei qual é o problema. Penso que não criei problema nenhum. E, se as coisas são transparentes não há que ficar incomodados com isso.» -----

----- Intervenção da Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Dr. João Correia hoje concordo consigo, em quase tudo. Está a ver, veio para aqui dizer que nós votamos contra, que somos, sempre isto e aquilo e está a ver, como não é verdade. Já agora só mais uma achega, é assim que as coisas devem ser entendidas. Há bocado e muito bem, falou que ambas as bancadas se poderiam unir quanto à questão do hospital. Sabe o meio fácil para todos fazermos isso que vocês recusaram e que vem num ponto mais à frente, conferência de líderes, resolviam isso. Quanto à questão, que também enunciou, que nós no nosso íntimo sabemos o que ali se passa, concordo plenamente. Mas, a autarquia também tem que fazer alguma coisa. Se me perguntarem a mim o quê em concreto, com toda a sinceridade, não tenho varinha mágica e não lhe vou dar aqui nenhuma resposta nova que alguém não saiba. Algo tem que ser feito. É como a questão dos cães. A adoção quer dizer, a autarquia está-se a alhear de olhar para a questão e os privados que as resolvam, é assim? Eu acho que não. E muito bem, veio aqui o meu presidente de Junta, questionar se há o planeamento ou se a Câmara entende ter algum planeamento e o que pensa sobre isso e o que vai fazer sobre isto. Por último, como é evidente, quando há bocado coloquei aquela questão, porque eu não sabia, a Dra. Cidália deve ser uma pessoa muito especial aqui dentro. Eu também não fui convidado. É evidente que depois do que ela disse e da forma como lhe foi passada a informação, que lhe digo, é injusta para o Dr. Pedro Machado. É injusta para o Dr. Pedro Machado, que eu conheço. É evidente, que se houver algum convidado institucional, como é evidente, não vai pagar, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

isso é em todo lado. Agora, tenham cuidado como o tipo de mensagens que é passada porque fica mal. E, depois, põe-se a jeito e depois dizem que somos nós que vimos para aqui, isto e aquilo. E realmente acaba por ser um assunto colateral, porque o que interessa até nem é isso. É a própria divulgação da Festa das Camélias e do que de bom poderá advir daí para o concelho de Lousada. E, se vier para o concelho de Lousada é para todos os lousadenses. Vejam lá o que dizem. Vejam, não é você nem eu. É o tipo de respostas que na Câmara dão, que depois dão aso a este tipo de questões. Que uma vez mais lhe digo, sem problema nenhum, é injusta, para o presidente da Câmara de Lousada, que para mim eu não queria. Mas, é o presidente de todos os lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal PS: «Quanto a isso, é indubitável! Isto, eventualmente, foi uma falha de comunicação qualquer, como é óbvio. Provavelmente a funcionária não sabia quem estava do outro lado e, como é óbvio, também não conseguia fazer a seriação se seria um convidado institucional ou não. Quanto a isso, enfim, não quero desculpar ninguém, mas nem sei o que se passou. Há uma coisa que eu queria dizer e que acho que é importante. Aquilo que há bocado disse relativamente à confiança nas instituições. Nós já tínhamos dito isso anteriormente. O facto de termos uma Câmara Municipal e termos um poder autárquico organizado com competências, isso tudo, não desonra os cidadãos de intervirem. A questão, por exemplo, da Lousada Animal que aqui foi falada é um bom exemplo disso. Como temos associações com outras valências e noutras áreas, que todos os dias nos dão mostras de aquilo que é a atividade dos cidadãos. É uma grande mais-valia na precursão de determinados interesses que são conjuntos, até para nos ajudar a combater outro tipo de fenómenos que não são tão relevantes ou tão queridos. Agora, como é óbvio, eu até imagino que algumas das questões que nós discutimos aqui têm uma amplitude que é supra municipal, em que a própria atuação da Câmara não pode ser feita em termos de impor medidas de impor regras. No entanto fica o apelo porque os nossos representantes quer queiramos ou não, nós também somos representantes dos lousadenses, acho que devemos fazer alguma coisa. Quanto à conferência de líderes, eu tenho algumas dúvidas, mas pessoalmente, claro está, tenho algumas dúvidas, mas eu até considero melhor que ela não exista, porque isso significa que nós aqui em sede de plenário conseguimos, eventualmente, chegar a bom porto, quanto a algumas questões, como já conseguimos quanto à questão da moção para o hospital. Partindo do repto lançado pelo Filipe disponho-me a estruturar uma Moção e posteriormente enviá-la ou, eventualmente, no grupo parlamentar e depois a nossa líder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

comunicá-la. Cidália, eu não sou oposição e falei contra o Hospital de Penafiel, quem está no governo é o PS. Não tem de vir aqui dizer sempre bem de tudo. Também não tem de vir aqui dizer mal de tudo.» -----

----- Intervenção do Sr. António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Queria dizer que na primeira volta não viemos aqui fazer intervenção mas, de facto, e penso que o Dr. João Correia percebeu, eu estava a acenar que sim. E, espero que seja apenas a primeira de muitas situações de mãos dadas. Penso que, de facto, é essa a atitude. O CDS sempre disse quer na campanha eleitoral, quer nas intervenções que aqui teve, que essa é a nossa postura, aliás, queria também parabenizar todos os intervenientes, penso que a Assembleia hoje está a ser uma Assembleia interessante, está a ter o rumo que deve ter, o rumo que eu me revejo e o CDS se revê. Meus parabéns a todos. E o meu agradecimento porque faz sentir que vale a pena fazer política desta forma. Pensando não no nosso umbigo, mas pensando no todo. E, juntos somos mais fortes. Parabéns Dr. João Correia pela iniciativa e conte connosco, obviamente, para bem de Lousada.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. António José, agradeço o elogio e tenho que aceitar a crítica, como é óbvio, se falhamos no convite tenho que aceitar a crítica e fazer com que no futuro isso não volte a acontecer. Relativamente à intervenção do Dr. José Gonçalves, em relação aos sintéticos, para quando a segunda fase? Para este mandato. Foi esse o meu compromisso, portanto vai ser neste mandato. Quais os campos e critérios? Vamos, atempadamente, preparar isso, para depois avançarmos com o processo. Neste momento ainda é prematuro. Sendo certo que foi um compromisso que eu assumi, sem dizer quantos, mas foi um compromisso de haver uma segunda fase e assim vai ser. Relativamente à questão dos convites, acho que a questão está mais do que esclarecida. Julgo, que o que terá gerado a confusão foi a publicação que fizemos do evento, que foi enviado para dez mil endereços de correio eletrónico, portanto, todos eles iguais. Depois, há, naturalmente, os convites institucionais que costumam ser muito poucos. Por exemplo, convidamos o júri, e é o mínimo que podemos fazer, o júri do concurso das Camélias, o representante da Entidade do Turismo Porto e Norte e da Rota do Românico. Contam-se pelos dedos das mãos. Queria, congratular-me, pelo facto deste evento ser já um evento merecedor de uma concordância e de reconhecimento geral, coisa que não acontecia no passado. Eu tenho memória e sei bem daquilo que foi dito aqui nesta Assembleia a propósito deste evento, que era desbaratar dinheiro. Eramos questionados, por exemplo, sobre o valor da tenda. Temos memória. Mas, registo a evolução da vossa posição, portanto a oposição aqui em Lousada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

também vai aprendendo, de vez em quando. Registo essa evolução. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, a propósito do Hospital Padre Américo, temos de estar de acordo e acho bem essa sugestão de haver uma moção conjunta. Aquele hospital, curiosamente, há pouco tempo foi muito bem classificado e nos outros serviços pelo conhecimento que tenho até tem um bom desempenho, mas o fator crítico é mesmo as urgências. Eu já tive a oportunidade, mais do que uma vez, de conversar com o conselho de administração que tem a noção do problema. Estão a tentar encontrar soluções mas, de facto, urge resolver aquele problema de uma vez por todas, porque enquanto assim não for é a nossa população que padece. De qualquer modo, há dias foi eleito o membro que vai representar a Comunidade Intermunicipal naquela estrutura, para acompanhar o trabalho que ali é feito. Nós, próprios, Câmara Municipal, vamos exercendo a nossa pressão. Mas, acho que esta ideia da moção faz todo o sentido e devemos levá-la ao conhecimento da tutela. Relativamente ao saneamento de Alvarenga, eu julgo que já tinha dito isto ao senhor presidente da última vez que andamos a ver obras. É, evidente, que nós, a partir do momento em que temos as obras prontas, queremos pô-las a funcionar quanto antes, como é óbvio. O investimento está realizado, queremos rentabilizá-lo. E já lhe foi dito que o problema que existe é que temos que atravessar umas propriedades privadas e estamos a ter muitas dificuldades de obter o acordo dos proprietários. Queríamos evitar ter que recorrer à expropriação, mas se tiver que ser, é sempre um caminho. Queríamos evitar, como é nossa estratégia, sempre em todas as situações e estamos a fazer um último esforço para ver se conseguimos o acordo das pessoas, mas se não conseguirmos não restará outra alternativa que não seja essa. Para intervirmos em propriedade privada temos que ter o consentimento ou estar legitimados por um procedimento que nos permita essa abordagem. Relativamente ainda à questão dos cães, o senhor presidente falou aqui também que se tem que apostar na adoção, na responsabilização dos proprietários. A responsabilização dos proprietários é sempre muito difícil, porque as pessoas negam serem proprietários dos cães. O chip já é previsto, já é obrigatório em algumas situações, mas muitas das vezes não é colocado, e não se sabe quem é o proprietário, porque quando existe chip isso é muito fácil. Quando o cão é recolhido o médico veterinário municipal faz a leitura do chip e identifica o proprietário e há formas de o responsabilizar. O problema é quando não existe. A questão do controlo é uma boa ideia, só que tem que haver prioridades. Nós sabemos todos quanto custa esterilizar um animal. Mas se se gasta numa coisa não se pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

gastar em outra, porque o dinheiro não é elástico. Não vamos falar aqui outra vez de contas, de prescindir de receita, acho que vou poupá-los dessa abordagem. O problema é que, de facto, para se apostar nisso é preciso ter meios para investir, porque como devem compreender não podemos ter um canil do tamanho do mundo para acolher todos os cães, é impossível, aqui e em todo o lado. Este é um problema muito difícil de resolver. Mais do que nunca é importante apostar nestes mecanismos da adoção. Relativamente à Avenida Cidade de Tulle, também já tinha dito ao senhor presidente que faz parte dos nossos projetos e que estão previstos no PARU, que é um projeto da área da reabilitação urbana, estamos a preparar a apresentação de uma candidatura. No que respeita à Rua Santo António, também temos uma pequena verba alocada para o efeito, não propriamente para uma obra de intervenção de fundo, mas, sobretudo, para mobiliário urbano para podermos disciplinar o trânsito e o estacionamento naquela rua. Também já lhe disse que iremos ouvir a Junta de Freguesia, tentar que a intervenção que vier ali a ser feita seja articulada e consensual como desejamos. Relativamente à intervenção do Dr. João Correia, a propósito do problema da variante e da questão da saúde pública, da imagem do concelho, é verdade que o que se lá passa, não dignifica nada, nem ninguém, nem o concelho. Mas a Câmara não tem responsabilidade direta nisso. O que nós podemos fazer é aquilo que temos feito, que é ir pressionando as autoridades para o efeito. Não sei se valerá a pena também pensar numa moção conjunta, e eventualmente fazê-la chegar a quem de direito. Para terminar e relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa, referiu aqui o bom exemplo de Pontevedra. Ora, informo que a senhora vereadora esteve em Pontevedra no domingo, no Festival das Camélias. É usual termos aqui camélias de Pontevedra e dos arredores. Aliás, este ano vai acontecer o mesmo. No ano passado também tivemos dos Açores, do Parque Terra Nostra, que é também um exemplo nacional, que é do melhor e do maior jardim de camélias portugueses. Estamos sempre disponíveis para melhorar e para nos associarmos àqueles que estão à frente nesta matéria como em qualquer outra, para apreendermos, também com quem faz bem.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Regimento da Assembleia Municipal -----

----- Intervenção da Sr. António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Pela parte do CDS, em relação ao Regimento, houve uma reunião dos representantes dos grupos municipais. Acordou-se algumas coisas, outras nem por isso. A opinião, do CDS é que, de facto, algumas propostas que não foram aceites em sede da reunião de representantes deveriam vir aqui a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

terreno, para que se possa discutir. De facto, era preciso agilizar e dar um bocado mais de vida também em algumas questões, estou-me a recordar da alternância das intervenções e pequenos pormenores. Em relação também à questão, que já aqui se abordou, era uma das propostas do PSD, não do CDS, que houvesse alternância nas intervenções mas não foi concluída. No nosso entender, era uma boa prática e que poderia dinamizar, dar um pouco de vivacidade ao debate. Uma questão que deve ser equacionada e revista é a questão da reunião de representantes, penso que se pode ganhar algum tempo. Pode-se também e, dentro da linha que hoje está haver, trabalharmos previamente as coisas em conjunto para que cheguem aqui com substância e sejam esclarecidas, para que não haja tanta perda de tempo. Fico a aguardar também pelas vossas intervenções, que vão acontecer. Haverá, com certeza, uma segunda volta. Queria também deixar e dar nota de uma proposta do CDS, no sentido de as nossas sessões serem disponibilizadas em canal youtube ou no site da Câmara Municipal para que os cidadãos possam acompanhar em casa e ter maior proximidade. E cidadãos bem informados são melhores cidadãos e mais cooperantes e ficam com uma melhor ideia daquilo que é fazer política. Todos saíamos a ganhar, a meu ver. Também era possível com isso, nós sabemos que muitas das vezes, as matérias que aqui se abordam e o que se perde, penso que não vai ser o futuro, a avaliar pelo dia de hoje e que às vezes se tornam enfadonhas. Portanto, as pessoas estando em suas casas, às vezes estão ocupadas, não têm duas, três horas para estarem aqui, mas têm a possibilidade, depois, até de fazer uma intervenção no final, sobre o assunto que lhe diga respeito. E sobre essa matéria, na intervenção no final, queria na posição do CDS fazer um esclarecimento que é o seguinte: O CDS mudou a forma de pensar em relação à intervenção do público. Esta observação faço-a no sentido que não é uma falta de coerência, não é um golpe de rins é, de facto, uma evolução. O CDS pensa que com esta adoção de emissão em canal aberto e em direto, já não faz sentido que a intervenção do público seja no início. Digo isto porque nós em algumas alturas e mesmo em campanha eleitoral, no nosso programa eleitoral que é o programa da coligação foi defendido, não é um virar de costas, nem romper com o nosso parceiro coligação, é uma evolução. E, não temos qualquer complexo da nossa parte em evoluir. E, daí, fica já em jeito de declaração de voto, se quiserem, da nossa postura, que de facto nessa matéria não iremos com certeza contra aquilo que é a posição do Partido Socialista.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD:
«Excelentíssimo presidente da Mesa, restantes membros, excelentíssimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente do executivo, excelentíssimos vereadores, excelentíssimas vereadoras, caros membros desta Assembleia. Já em mandatos anteriores trouxemos a esta mesma Assembleia propostas de alteração do Regimento em vigor. Aliás, em boa verdade, esta minha intervenção quase que pode ser acusada de plágio por retomar proposta e argumentos já aqui apresentados. Sempre nesta questão como em outras questões fundamentamos as propostas com vista ao melhor funcionamento da Assembleia Municipal. Uma maior dinamização de debate entre os grupos políticos e os membros do executivo municipal e o fácil acesso e maior abertura da Assembleia à sociedade civil lousadense. Aqui, ainda não evoluímos o nosso estrabinismo a ainda está a meio percurso. A maioria das nossas propostas não foi acolhida. E, aqui devemos, colocar uma questão importante para que serve um regimento? Ou para que deve ser ou quase sempre o ponto de partida? Para que queremos um Regimento? Para que servem as normas colocadas no Regimento? Depois, partimos para o como. Como organizamos o Regimento? Procurando responder a estes para quê. O Regimento, em nossa opinião, serve para melhor regular, como dissemos anteriormente, a dinamização do debate entre os grupos políticos e os membros do executivo municipal. Serve para regular e dar mais abertura a um debate, transparente de todas as propostas e decisões aqui assumidas e deliberadas. Serve para permitir um esclarecimento mais cabal de todas as dúvidas que aqui, eventualmente, possam surgir. Serve também em nossa opinião, para permitir mais fácil acesso e uma maior abertura da Assembleia Municipal à sociedade civil lousadense. A pergunta seguinte é: É isso que sucede com a não-aceitação, uma vez mais, da maioria das propostas agora rejeitadas? Vejamos as propostas e o para quê de cada uma delas: rotatividade das intervenções. O grupo municipal do Partido Socialista continua a ser o último a proferir intervenções. Continuamos a entender e já aqui o repetimos várias vezes, que a negação à rotatividade das intervenções demonstra uma postura que aponta para o receio do debate e do contraditório. Não sei qual é o receio. Aliás, este é um modelo que não existe em muitas Assembleias Municipais. Para quê a última palavra em todas as Assembleias e em todos os pontos? Para quê manter isto utilizando muitas vezes, como aconteceu no passado, a segunda volta para colocar questões ou lançar dúvidas quando sabem que o Regimento, o Regimento que aqui estamos aprovar, hoje, não permite qualquer resposta, não permite qualquer contraditório. Haverá dúvidas aqui no para quê? Intervenção do Presidente da Câmara intercalada nas voltas e dos grupos municipais mantendo as voltas tal como elas estão. Aliás, hoje foi uma exceção na questão da moção apresentada pelo PPD-PSD. Importa questionar se há,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

uma vez mais, algum receio de intervir no meio das voltas, para que os grupos municipais possam voltar a pedir esclarecimentos e contraditório das respostas apresentadas na primeira volta. Por outro lado, não prever esta intervenção é diminuir a essência do debate político e o esclarecimento das perguntas que lhe foram colocadas. E isto significa, também, diminuir a própria Assembleia Municipal enquanto órgão deliberativo, fiscalizador e apreciativo. Envio atempado da ordem do dia e a respetiva documentação de suporte. Foram apresentadas e legitimadas razões de ordem jurídica que foram aceites comumente por todos os líderes presentes na conferência realizada. No entanto, também foi dito que haveria uma preocupação em apresentar atempadamente os respetivos documentos. A primeira Assembleia após a reunião não é bom exemplo daquilo que ficou acordado e não escrito nessa mesma conferência de líderes. É importante perceber que não podendo alterar o Regimento, neste ponto, por questões legais como disse, sendo verdade, não nos permite que preparemos como deve ser as nossas intervenções. E, há aqui uma questão, que é importante, é que todos nós sabemos quando são as Assembleias Ordinárias. Nós sabemos, porque elas estão calendarizadas ao mês e se nos dessemos ao trabalho de pegar num calendário quase que poderíamos apontar, desde hoje, os dias certos das Assembleias daquele mês, até porque, temos por hábito e hoje é exceção, reunir na última sexta-feira de cada mês. O não envio atempado dos documentos é algo que nós não conseguimos verdadeiramente perceber e que deve ser claramente um ponto a melhorar. E, deve ser um ponto a melhorar porque não nos permite analisar a documentação com o rigor que ela merece e isto implica que muitas vezes o rigor das nossas intervenções, fique comprometido. E, pior do que isso, abre espaços a tomada de posições, a maior parte das vezes, pouco estudadas e pouco fundamentadas e também colocando em risco alguma da conduta deliberativa sobre as suas intenções do município. Se nos entregam a documentação a dois, três dias. A documentação foi entregue na segunda-feira à tarde pelo Polícia Municipal, tivemos terça, quarta e hoje é a Assembleia. É importante rever esta posição, é importante rever esta forma, este modo operandi do município. A Intervenção do público não poderia ser de outra forma? Em campanha eleitoral fizemos bandeira disso, mantemos verdadeiramente a nossa opinião, porque acreditamos profundamente que faz sentido. E a nossa candidata à Assembleia Municipal fará aqui uma explanação maior sobre este aspeto em concreto. Conferência de líderes, para que serve? Serve, por exemplo, para preparar moções em conjunto, porque preparar moções em conjunto não é alguém escrever e ver se concordamos, por email. Preparar moções em conjunto, preparar Assembleia Municipal, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

reunirmo-nos e vermos o que verdadeiramente no interesse do município e naquilo que faz sentido ser aprovado por unanimidade, seja desde logo aprovado, porque uma coisa é nós concordamos, isto já aconteceu até em outras Assembleias Municipais e até na Assembleia da República, é uma coisa. Nós acordamos na crítica que fazemos ao serviço hospitalar, ao serviço de urgência do Hospital Padre Américo, uma coisa bem diferente, será que estarmos todos de acordo na fundamentação dessa crítica? Uma coisa bem diferente poderá ser ou não estarmos de acordo. Isso implica que nos reunamos e que preparemos atempadamente. Eu não digo isto porque tenho vontade de reunir. Não sofro de uma síndrome masoquista de “reunite”, muito pelo contrário. Acho que faz todo o sentido que isto possa acontecer e que esteja previsto. É importante dizer isto, e que todas estas propostas não são invenção nossa. Nós não acordamos, um dia mal-humorados e decidimos fazer estas propostas. Aliás, nós não inventamos. Não fomos descobrir a roda. Nós fomos ver como funcionam os Regimentos de outras Assembleias Municipais não muito longe daqui. E, outras também distantes. E não temos nenhum problema em dizer que nos inspiramos em muitas destas coisas, até decalcamos, algumas destas propostas, porque acreditamos que faz sentido de outras Assembleias Municipais. Por isso, não é algo de completamente deslocalizado e fora do normal. Por isso, na nossa opinião, estas propostas de alteração são para favorecer o funcionamento da Assembleia Municipal e não são para favorecer este ou aquele grupo municipal. São para melhorar o debate político entre os eleitos, melhorar o funcionamento da Assembleia Municipal e abrir a Assembleia Municipal à verdadeira participação do público. Todas estas propostas não foram bem acolhidas. Queremos contudo afirmar que nada na lei ou nas boas práticas autárquicas impede que as tivesse tomado em consideração. Pena que não se perceba que a Assembleia Municipal não é pertença de nenhum partido, não é pertença de nenhuma maioria, nem de nenhuma minoria, é pertença da representatividade de todos os cidadãos e serve, fundamentalmente, para que nesta Assembleia Municipal, esses mesmos cidadãos se sintam melhores representados.» -----

----- Intervenção da Sra. Júlia Ribeiro do Grupo Municipal PPD-PSD:
«Boa noite, senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretário da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social. O Regimento da Assembleia Municipal, visa regular de forma eficaz o funcionamento deste órgão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

municipal. Seguramente, que todos nós desejamos que as sessões desta Assembleia se façam, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, sejam feitas de forma profícua e democrática. Acredito, que todos queremos contribuir para o prestígio desta Assembleia Municipal. E esta Assembleia Municipal deve ser a casa da democracia para os lousadenses. Mas, para que tal aconteça, deveríamos facilitar a participação dos cidadãos. Tal como defendi durante a campanha eleitoral, a intervenção do público deve acontecer no início da sessão e não no final. E, tal deveria estar consignado neste Regimento que agora é sujeito à aprovação, e não está. Não podemos concordar que qualquer cidadão que pretenda intervir nesta Assembleia, tenha que esperar várias horas para o poder fazer no final. Obrigar os cidadãos a esperar três, quatro horas ou mais para poder fazer uma intervenção que por vezes pode passar apenas por uma pergunta, não é um convite à participação, é um convite ao afastamento das pessoas da política. Lamento, que a bancada do Partido Socialista não tenha acolhido a proposta do PSD para que os cidadãos de Lousada possam intervir no início da sessão desta Assembleia. Face à posição intransigente do Partido Socialista nesta matéria questiono-me: Que receiam os senhores deputados? Existirá, de facto, algum problema em responder a possíveis questões que possam ser colocadas pelos cidadãos livremente no início destas Assembleias? Ainda estão a tempo de mudar a posição, a bem da democracia em Lousada. Estamos todos aqui para servir os lousadenses. Peço apenas que haja coragem e permitir que a partir de agora os lousadenses possam livremente expressar no início da Assembleia Municipal.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu queria começar por dar aqui uma nota a esta Assembleia porque na última Assembleia fui precisamente interpelado relativamente à experiência e à forma de funcionamento da União de Freguesias. Queria dizer a esta Assembleia, como ato efetivo, de que há possibilidade sempre de emendar e de corrigir, que proporei à próxima Assembleia de Freguesia a alteração ao Regimento para que o público na Assembleia de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, fale em primeiro lugar. Portanto, se de facto isto constituía para o senhor deputado João Correia, aqui um problema, esse problema está agora esvaído e esvaiu-se completamente, porque, de facto, o farei. Não é demagogia. Eu expliquei na última vez que uma Assembleia de Freguesia dura em média meia hora ou uma hora, não dura quatro, cinco ou seis horas. Estamos a falar de realidades diferentes. Mas, a partir de agora que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ninguém me venha acusar de que esse problema é do Regimento porque não é. Trata-se apenas de uma situação de efetivamente os cidadãos terem o espaço de debate num órgão, num local que é o espaço da democracia e que eu farei, efetivamente, essa alteração. É para isso que estamos aqui. E, é para que esta casa, e já o disse aqui e várias vezes, seja de facto a casa da democracia. Quem não deve não teme. O Partido Socialista, colocando-se nesta posição sempre categórica de que fala em último lugar e que atira um conjunto de questões sempre para o final e depois não permite, de certa forma, a resposta de uma forma estratégica, certamente com problemas com a democracia. Era importante que nesta Assembleia, de uma vez por todas, nós pudéssemos ter um espaço de debate, frontal, correto, sereno como tem sempre acontecido, sempre que é possível e que vocês o permitam, como não tem acontecido sempre.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Meus senhores e minhas senhoras corro o risco de me alongar, um bocadinho, na explicação daquilo que foi uma reunião de trabalho entre os líderes dos diferentes partidos, aqui representados, no passado dia dezassete de janeiro. Mas, como não gosto que as explicações fiquem parciais, eu quero mesmo fazer um resumo, se me permitem, porque fiz questão de passar este resumo ao meu grupo municipal, mas, acho que todos devem conhecer o que se passou no âmbito desta reunião. O que é que eu queria dizer com isto. No passado dia dezassete reunimo-nos, efetivamente, para trabalhar as questões do Regimento. Tínhamos, feito uma análise prévia e propusemos aquilo que achávamos que seria uma melhoria ao Regimento. Mas, para melhorar estamos sempre disponíveis, como é óbvio, dentro daquilo que são as propostas do Partido Socialista, embora abertos ao diálogo. Como disse o senhor António José Mendes e é verdade, a reunião decorreu muito bem, com bastante cordialidade, foram apresentados alguns pontos, mas, logo de seguida chegou aqui o senhor Filipe Barbosa e disse que nós não concordamos com a maioria das questões. Eu até me dei ao trabalho de contar, desculpem lá, maioria não, porque algumas das questões foram impedimentos legais. E não sou eu que faço a lei, portanto, o que é que se passou aqui? Relativamente ao artigo vinte, que foi a primeira proposta do PSD, propuseram uma grelha, nós aceitamos. Relativamente à forma e prazo de convocação pediram que fosse mediante email, não é permitido, legalmente, não foi o Partido Socialista. Relativamente à Ordem do Dia exigiram que fosse feita com quatro dias, o que nós dissemos é que de facto e concordamos com o senhor Filipe Barbosa, em representação do PSD, é que de facto dois dias, é pouco, nós precisamos de mais para a analisar os documentos. É o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

está previsto na lei, é o que fica. No entanto, aquilo que nós dissemos é que toda a gente tem tecido elogios, hoje. Tem sido uma Assembleia bastante cordial e reconheço isso. Toda a gente tem tecido elogios hoje ao senhor presidente e, de facto, é uma pessoa muito ponderada e também é ponderado nestas questões, porque sabe que é preciso tempo para analisar as coisas. E, portanto se é sempre que for possível enviará os documentos. Agora, relativamente ao facto disto ter sido enviado, por exemplo na passada segunda-feira, não é novidade o tema que aqui vínhamos trazer. Era, essencialmente, e na sua maioria, o Regimento. Isso vocês já o tinham. Portanto, aquilo que se trata hoje não é de um atraso, relativamente a este Regimento. Estamos a falar de outros assuntos e acredito que haja esse cuidado, a lei diz dois dias, garantimos os dois dias, que é o que está previsto, mas certamente haverá este cuidado sempre que possível. Depois, relativamente ao artigo trinta e quatro, a organização dos tempos de intervenção, de facto, não concordei. É pela ordem dos grupos municipais que está previsto, CDS-PP, PSD e Partido Socialista, tem sido nestes moldes. Aqui, acho que aponte a expressão, se me permitem o senhor Filipe Barbosa dizia em defesa de um debate transparente, e eu pergunto o que é que nós temos assistido, hoje? Não é um debate transparente? Será que aqui a ordem tem castrado alguém na vontade de manifestar a sua opinião, sobre determinados assuntos. Isto parece-me um debate transparente e, realmente, não concordei nesse aspeto. Primeiro, relativamente ao período antes da ordem do dia, simplesmente ajustamos os tempos, vistos que tínhamos um membro independente. Não temos mais membro independente, contemplamos o CDS e acho que fomos bastantes cordiais na questão dos tempos. Aliás, aqui estamos numa Assembleia, e bem que, é representativa do voto dos lousadenses. Nós tivemos maioria e a distribuição dos tempos, assim só, traços gerais, ficou trinta minutos em determinados aspetos para o Partido Socialista, vinte e cinco para o PSD e cinco para o CDS. Trinta/trinta parece-me justo e nós temos a maioria. Relativamente, ao período da ordem do dia, artigo trinta e seis, a única coisa que nós alteramos neste artigo foi um número que se referia à conferência de representantes. Ora, concordamos em tudo menos naquele ponto que se refere à conferência de representantes, porquê? Porque nós, de facto, não concordamos com o capítulo cinco da conferência de representantes. Foi o único ajuste que fiz a este artigo. Relativamente, ao artigo trigésimo nono, refere-se à intervenção do público, que nós respeitamos muito, é certo. São sempre bem-vindos. Esta é a casa do povo, é a casa da democracia, concordamos. Mas há aqui um pormenor, já foi referenciado anteriormente, que em outros mandatos já houve a questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

intervenção do público no início. A questão da intervenção do público é bem-vindo e é um facto, agora, nós também conhecemos bem a postura do senhor presidente e sabemos bem que quem tem problemas não os vai expor aqui, se for de cariz pessoal. Se for relativamente às questões que se passam na nossa vila, refere que um dos deveres dos eleitos à Assembleia Municipal é serem próximos da população e nós, como deputados desta Assembleia Municipal, se essas pessoas que precisam de algo basta abeirar-se de qualquer um de nós e dizer qual é a problemática que querem trazer aqui. Sim, porque o senhor presidente recebe todas as pessoas, todas as semanas, de acordo com agenda ou muitas vezes sem agenda e se houver o caso de alguém que não consegue, por algum motivo, falar com o senhor presidente, que se abeire de qualquer um de nós, Partido Socialista, oposição. É para isso que nós servimos e trazemos cá as problemáticas. Esse é um dos pontos em que o público é sempre bem-vindo para intervir, mas também nos pode usar para esse efeito. Relativamente ao segundo aspeto, o facto de ter feito uma intervenção, não querendo melindrar ninguém, eu devo dizer o seguinte: é certo que foi motivo de campanha do PSD ou da Coligação Lousada Viva, mas não foi do Partido Socialista, e não é por isso que agora vamos introduzir aqui, porque foi uma medida da campanha do PSD. Este é o nosso projeto. Não é do PSD. Outro aspeto ainda, se for uma questão assim tão importante e a pessoa não tenha, de facto, essa possibilidade de intervir no início, quando é importante, nós esperamos, Nós sabemos o quanto nós esperamos, quando precisamos de alguma coisa. E, eu digo ainda mais, senhor Filipe Barbosa, disse até que havia outros partidos e peço desculpa de mencionar isto, mas acho que não é uma reunião de trabalho, pode ser explicado o que é que se passou. Que houve, por exemplo, um outro partido que foi a votos e que não teve aqui nenhum deputado eleito na Assembleia Municipal e que também fazia todo o sentido se quisesse intervir, pois bem, todas as pessoas que têm muita vontade, de representar o povo, fazem-se esperar até ao final, para pronunciarem, que é assim que faz os representantes das pessoas, quando precisam, ficam e aguardam. E depois e bem, para perceberem o quanto a reunião foi cordial, eu não viria aqui provavelmente dizer, o senhor António José Mendes disse, e bem, que no decorrer da nossa conversa, percebeu, que sim, juntava a sua proposta à nossa intenção, que era a intervenção do público ser no final. O facto de haver um órgão de comunicação social, falou num canal aberto da Câmara, mas eu até acho que por uma questão de transparência, faço o desafio aos órgãos de comunicação social, que passem as nossas Assembleias em direto, para que as entidades de comunicação social possam passar esta informação do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

se passa aqui nesta Assembleia, porque esta é a caso do povo. E o povo às vezes não se desloca, porque vai ficar exposto, porque provavelmente não se coaduna com as suas agendas, com a vida familiar e se a comunicação social passar o que se passa cá dentro, pode muito bem, em última instância, fazer uma intervenção abeirar-se, inscrever-se e participar. Por este motivo, nós de facto, achamos que a intervenção do público deve ser no final. E, por outro motivo, ainda, não querendo melindrar o senhor Fausto e vejo que o recado lá chegou, eu disse, de facto, se nas Assembleias de Freguesia, a intervenção do público, também não é no final, não quis personalizar, senhor presidente, até, porque eu sei que nas outras Assembleias de Freguesia, é igual, porque eu fiz o trabalho de casa e fui ver os outros regimentos. Estamos todos no sentido de melhoria, mas podia ter feito isso aquando da sua campanha política, visto que até tinha o mesmo programa que a Coligação Lousada Viva, se era assim uma coisa tão importante. Isto para dizer que nós todos temos de ser transparentes e coerentes. Isto foi, de facto, uma das situações com a qual não concordamos e que para mim até pareceu pacífica. Ninguém se pronunciou muito mais. Relativamente ao capítulo quatro, que tem que ver com as comissões e grupos de trabalho, anteriormente, estava definida a Comissão para as Geminações, que estão mais do que sedimentadas, decidimos, por unanimidade, terminar com esta comissão. Foram propostas outras, mas decidimos não avançar. E falamos da possibilidade de alterar a Comissão da Habitação Social para a Ação Social, eu achei que a designação era nova, sou nova nestas coisas e tenho que respeitar o grupo municipal que represento, como eu não tinha este trabalho avançado foi uma proposta dos outros grupos municipais. Aquilo que eu propus foi trabalhar a alteração da designação com o meu grupo municipal, devo dizer que foi aceite. Relativamente à Comissão de Acompanhamento dos Aterros Sanitários, creio que também foi totalmente pacífico. A comissão era composta pelos senhores presidentes onde o aterro tem impacto, o senhor presidente de Lustosa e o senhor presidente de Sousela e um membro do Partido Socialista, pacífico. Quero que tomem conhecimento que foi proposto pelo grupo do PSD, uma Comissão de Acompanhamento da Educação. Ora, há algo que não está aqui a ser coerente, porque existe um Conselho Municipal da Educação, eu fiquei a pensar o que é que fará uma comissão que não faça o Conselho Municipal? Perguntei então qual era o objetivo. Era, nomeadamente acompanhar as instalações, para percebermos o que é preciso. Deu-me novamente um clic, porque, numa conversa com um dos senhores presidentes de Junta, alguém me disse, que o senhor presidente, atribui competências de acompanhamento, o protocolo de delegação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

competências assim o prevê isso, e eu perguntei, não acham que se nós fizermos isto estamos a ultrapassar os senhores presidentes de Junta uma vez que está previsto, que os senhores presidentes de Junta, acompanhem os estabelecimentos escolares? Isto para dizer, será que faz sentido estarmos a fiscalizar aquilo que já é acompanhado? Parece que estamos a duplicar funções. Será para dizer que existe mais uma comissão? A mim não me parece necessário, que exista essa comissão. Não me parece que exista essa necessidade. Nesse ponto dei a resposta que eu já lhes vou mostrar. De três comissões propostas houve acordo relativamente a duas. Isto não é maioria. Nós não negamos a maioria das comissões. Propuseram ainda que estas comissões aparecessem numa grelha, na tal grelha que provavelmente vos apareceu no final do Regimento para indicar as comissões de trabalho. Eu escrevi, no texto apenas que não havia necessidade de ter a designação, os nomes nas grelhas porque as comissões podem ser constituídas ou extintas ao longo do mandato. Ora, se isso acontecer, nós teremos de fazer uma adenda a este Regimento, foi só no sentido de alterar ou não o Regimento ao longo deste mandato. Relativamente à conferência de representantes, eu vou ler para perceberem a proposta. Diz a conferência de representantes, isto foi a proposta do PSD, dos grupos municipais, é uma instância consultiva do presidente da Assembleia Municipal que a ela preside e é constituída pelos representantes de todos os grupos municipais, três pessoas. A Câmara Municipal pode participar na conferência e intervir nos assuntos que não se relacione exclusivamente com a competência da Assembleia. Funcionamento reúne ordinariamente até dois dias antes das Assembleias e sempre que convocada pelo presidente da Assembleia Municipal, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer grupo municipal. Compete à conferência, e é aqui que queria que se focassem, pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da Assembleia. Estabelecer os tempos, atribuir a cada grupo municipal ou independente, respeitando os termos deste Regimento. E, sugerir a introdução no período da ordem do dia de assuntos de interesse para o município. Foi sugerido um ponto para esta Assembleia, sem a conferência de representantes, que foi aceite pelo senhor presidente da Assembleia Municipal. As recomendações da conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria dos seus membros. Qual foi a minha resposta a este email? Isto, para sistematizar, eram cinco e meia da tarde, as pessoas têm afazeres. Decidiu-se, que relativamente à conferência de representantes, visto que eu não estaria à vontade, para responder sobre o assunto, no imediato, e porque não me revejo nessa maneira de liderar, as decisões são para levar ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

grupo. Ficou combinado que agendaríamos uma nova reunião ou trocaríamos emails para decidirmos sobre isto. Sobre isto e sobre as tais comissões e o modo como são constituídas. Chegada a D. Rosário que ficou de reunir as propostas que o senhor Filipe lhe faria chegar, por email e colocou amarelo tudo que eram as propostas e os diferentes grupos pronunciar-se-iam sobre esta proposta de Regimento. Eu respondi, com conhecimento aos diferentes líderes dos grupos municipais, após a análise das sugestões, até ao artigo dezanove, tudo se manteve a amarelo e a amarelo registo as alterações. Decidimos que não havia necessidade da conferência de representantes, no entanto, disponho-me, sempre que necessário, ainda que informalmente, a nos reunirmos. Logo, há alterações no artigo vinte e seis e eliminei todos os pontos que se referem à conferência de representantes. Eliminei o ponto três do artigo cinquenta e sete, visto que não faz sentido, na minha opinião, as comissões constarem deste Regimento, uma vez que este Regimento é para este mandato e, a qualquer momento, podem ser criadas novas comissões ou extintas as já existentes. No anexo, atualizei a grelha dos tempos em coerência com as alterações registadas no artigo trinta e seis. Relativamente às comissões, serão propostas: a Comissão de Acompanhamento dos Aterros Sanitários de Lustosa, composta pelos senhores presidentes de Junta de Lustosa e Sousela e um elemento do Partido Socialista; a comissão de Acompanhamento da Ação Social, verificando-se assim a alteração da designação desta comissão e das respetivas funções. Assim, não avançaremos com a Comissão de Acompanhamento do Associativismo, pelos motivos já explanados em sede de reunião, que foi de concordância geral. E, sobre a Comissão da Educação, deixarei para o ponto que aí, falaremos. Para além disso, terminei o email a dizer, qualquer dúvida, disponham. Não recebi resposta direta a não ser uma comunicação, que foi feita à D. Rosário, que diz: Boa tarde, na reunião de líderes, houve pontos que ficaram consensualizados e outros em aberto. Neste momento, parece que houve retrocesso, mantemos para a próxima Assembleia o desejo de incluir todas as alterações. Por favor, D. Rosário considere para a ordem de trabalhos as propostas de alteração. Eu respondi, porque eu estava disponível para o diálogo como sempre estive, na sequência do seu email, senhor Filipe Barbosa, questiono sobre quais os pontos em que houve retrocesso? De facto, houve matérias que foram debatidas mas não houve decisão final por força da hora adiantada da reunião. E, as quais tínhamos decido levar a debate aos respetivos grupos. Posteriormente agendarmos uma nova reunião ou troca de emails. Neste âmbito, registo a conferência de representantes e as comissões. Há, de facto, algum artigo em que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tenha verificado, retrocesso? Se tiver havido algum lapso da minha parte, indique por favor. Nada, até hoje. Se houvesse algum lapso da minha parte, eu corrigiria. Eu gosto muito da expressão “*palavra dada, palavra honrada*”. Não obtive qualquer resposta. Foi com este espírito de diálogo que parti para o debate sobre o Regimento. Eu não aceito que digam que houve retrocesso, quando a única coisa que foi deixado espaço para levarmos a debate, ao nosso grupo, que é uma coisa totalmente lógica, como é obvio, posso ser a líder deste grupo mas não vinculo a opinião de todos, porque não sei o que eles pensam. Não houve retrocesso, houve discussão de ideias. Em momento algum me ouviram dizer nessa reunião que nós temos a maioria e porque temos a maioria é assim. Eu fui disponível para o diálogo, portanto não houve retrocesso. É óbvio, que se para esta Assembleia tem de ser trazida uma proposta do Regimento, é aquela que na sua maioria vincula as ideias do nosso partido, que é aquele que detém a maioria nesta Assembleia. Relativamente a esta proposta o senhor António José Mendes propôs e escreveu de modo muito idêntico ao senhor Filipe, mas aqui acho que foi mesmo uma falta de comunicação, porque aqui o senhor António José Mendes, e vai-me permitir também a leitura do seu email, diz: Em nosso entendimento que atento ao rigor da transposição feito pela D. Rosário, daquilo que foi acordado por unanimidade não faz sentido a posição agora tomada pelo PS, ou seja, a D. Rosário limitou-se a condensar as propostas. Não houve retrocesso.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do partido Socialista: «Pelos vistos, o CDS-PP é o único partido que está aqui aberto à evolução nesta Assembleia. Aliás, já evolui, até ao formar um grupo municipal diferente, isso é bom. Também, é bom, que o PSD, evolua um bocadinho em relação àquilo que são as suas propostas eleitorais que acha que pode mudar. Mas, entre a intervenção da doutora e a intervenção do Fausto, o Fausto é uma pessoa, que é politicamente esperta e que percebeu que nós o íamos atacar, porque ele já aqui tinha falado desta questão da intervenção do público no início, mas saiu daqui e na mesma semana, zero. O Regimento da Assembleia de Freguesia está exatamente igual. E, hoje como sabia que ia levar a palmada, veio aqui mudar a mão. Mas, é sempre bom, porque pelo menos o Dr. Fausto, evolui. Evolui de 2017 para 2018 houve uma evolução. A nossa Assembleia de Freguesia vai ser a primeira, a ter um Regimento que é condicente com as suas palavras. Vai ser a primeira onde não se pode dizer que em casa de ferreiro espeto de pau, portanto, fez bem vir aqui dar a volta ao texto como tivesse tudo bem. Mas, deixe-me dizer-lhe uma coisa e aqui corriji-vos num ponto, você disse e isto é textual, porque eu aponte, “da maneira que isto está, isto não é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

espaço de debate ao público por causa de não haver intervenção no início.” E não é. Esta Assembleia não é um espaço de debate do público, não é. Não é essa a nossa figura legal. Nós estamos aqui enquanto representantes do povo. No dia que isto for para o público ou para o povo vir para aqui discutir, eles que venham. Nós não estamos aqui a fazer nada. A intervenção do público tanto quanto eu percebo, daquilo que é figura legal e da figura regimental, é uma figura que se limita, a colocar questões, bastantes curtas, no seu tempo. E, mesmo que nós as passássemos para o início isso significaria que eles no início teriam de colocar questões. Eles, não vêm para aqui dar a sua opinião. Mas, é nisto Filipe, que está enganado. E, eu já disse isto anteriormente. Os cidadãos, hoje em dia, mais do que nunca, podem fazer vídeos, têm os canais de rede sociais, têm cartas, têm faxes, têm emails, têm páginas de internet, têm os agendamentos semanais, encontram os nossos dirigentes nas atividades, na rua. Eu, até digo em tom de brincadeira, quando era no tempo do Dr. Jorge, era por volta das 9:30, 10:00, a gente aí para a beira do Paládio e já sabia que ele estava lá a passar. Aquilo que os nossos concidadãos faziam era, já sabiam que ele tinha mais ou menos aquela rotina e até ficavam lá e abordavam o senhor presidente... só uma coisinha. Isso existe. E, prova disso, meus senhores, não vamos ser incoerentes, vamos analisar as intervenções do público. Podemos alargar desde de dois mil e cinco, vamos contar pelos dedos das mãos as intervenções do público. E, sem querer categorizá-las, mas por favor, façam uma introspeção, sobre as mesmas, sobre a pertinência das mesmas. Os cidadãos quando querem fazer essas questões não esperam pelas Assembleias Municipais, não quer dizer que eles não possam dar inputs, mas se têm esse desejo, que aguardem até ao final. Se não quiserem aguardar até ao final utilizem a panóplia de meios que têm ao seu dispor. Ainda aqui há uns tempos a Cidália disse que tinha sido confrontada por vários cidadãos, claro, nós falamos com os cidadãos. Os cidadãos colocam-nos as perguntas e nós vimos aqui debatê-las e trazê-las, nós vimos aqui interpelar o senhor presidente da Câmara, no início dos trabalhos relativamente as essas interpelações que os cidadãos nos fazem, enquanto seus representantes. Isto, é uma questão, demagógica. Da mesma maneira, a questão da conferência de líderes ou assembleia de representantes, chamem lá o que quiserem, é possível que faça sentido, no dia da Assembleia, um dia antes, dois dias antes, reunirem-se para falarem “*ei pá, aqui acha que vai haver aqui alguma coisa, não vai. Não sei o quê.*”. Agora, vamos ser sinceros, ninguém vai preparar uma moção dois dias antes da Assembleia. Meus senhores, nós somos deputados municipais, todos os dias do ano, não é só neste dia. Nós somos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

interpelados pelos cidadãos todos os dias. Nós podemos, perfeitamente, fazer como foi feito, há emails. Eu amanhã trabalho na proposta, envio para o Filipe. *O Filipe diz, é pá eu hoje não tenho tempo, porque estou nisto, mas amanhã ... Eu, no dia a seguir, também não tenho tempo.* Nós não conseguimos, em dois dias, fazer uma moção que agrade a todos, que agrade a gregos e a troianos. Vamos ter de a corrigir, vamos ter de a trabalhar. Isso que é importante, e é isso que este regimento faz, disciplina os trabalhos. E, se este regulamento disciplina os trabalhos, cumpre o seu dever legal. E, no nosso entender, e já aqui foi dito e esclarecido, este é o Regimento que, certamente, vai merecer da maioria dos representantes do povo a sua aceitação. E, deixe-me só dizer-lhe isto Filipe, de há uns tempos a esta parte, você sabe que não há medo do contraditório. Nós não temos medo nenhum do contraditório. Nós, normalmente, vimos aqui, na primeira volta responder a todas interpelações que são feitas. Na segunda volta, sinceramente, se fosse permitido, podia haver trinta voltas, que nós fazíamos as trinta voltas, isto era o Paris Dakar ou Daytona, o que você quisesse. Não há medo nenhum deste lado de aceitar críticas ou de fazer o contraditório. Zero.» -----

----- Intervenção do Sr. António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Eu tento ser sempre muito sucinto, até porque só tenho cinco minutos e foram generosos para comigo, as duas bancadas. O PSD, em particular, defendeu um bocadinho a nossa posição, pequenina. Mas, da parte de todos, foram generosos. Aliás, o Partido Socialista, foi generoso tinha direito a trinta e um minutos e abdicou de um minuto e tal. Mas, isto só mostra que, de facto, quando se trabalha em conjunto, as coisas não se pode esticar a corda e põe-se as coisas mais no espírito de equipa. E, é nesse sentido e eu confesso que foi a minha convicção da reunião, que aliás foi um tema sobre a conferência de representantes, foi um tema até que deu bastante que falar, a meu ver, valorizava a figura da Assembleia Municipal. Na altura, chegou-se a falar se me recorda as palavras, que às vezes há Assembleias que se tornam demasiadas longas. Quando vimos para aqui, às vezes as Assembleias com dezassete, dezasseis pontos, peço desculpa, mas nunca fui muito bom em história, pela história da Assembleia de Lousada, eu quando era miúdo, recordo-me quando o Prof. Trigo pertencia a esta Câmara, que era usual as coisas acabarem tardíssimo. Ainda há dias, aconteceu connosco, aquando da reunião de representantes, penso que foi mais ou menos consensual, e que se poderia melhorar, de facto, algumas matérias, e que nós poderíamos trabalhá-las. Quando aqui chegássemos era coisas lana-caprina, era sempre a andar, desculpem esta linguagem, não vale a pena estar aqui de exercícios de oratória, muito acessível, muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

prática. De facto, daí a minha intervenção e hoje é o dia dos elogios ou, se calhar, é a minha forma de estar na vida. A D. Rosário, de facto, fez uma transcrição muito bem-feita em termos daquela proposta amarela, daquilo que se tinha falado. E, daí eu ter dito que de facto, foi rigorosa. Da minha parte fiquei com a convicção de que em relação à conferência de representantes a coisa era pacífica. E, também, ouvi as palavras, do Dr. João Correia, percebi, também, posso ter percebido mal, alguma abertura para que se calhar possam assim acontecer. Em relação à moção que agora se falava, todos nós trabalhamos em equipa, todos nós, nos nossos cursos, fizemos, trabalhos de equipa. As coisas da internet funcionam muito bem à distância. Até há amor virtual. Mas, eu não acredito nisso, francamente, perdoem-me ser um bocadinho antiquado, mas eu não vou nisso. E, acho que todos os trabalhos que eu hoje fiz nas diversas matérias, em diversas situações em que vivi, todas elas foram muito produtivas, quando trabalhadas, face to face. Recordo, esta moção que hoje o CDS aqui trouxe, obra, em sua grande parte, da Alexandra, mas foi trabalhada em conjunto, por nós e foi redigida em conjunto estando ela já alinhavada e preparada pela Alexandra. Eu penso que aqui é o que se trata é nós quando fazemos uma moção ou se queremos fazer Moções conjuntas e esse era o meu desejo, sinceramente, já o disse e repito, era esse o meu desejo, que nós trabalhássemos muito em equipa. De facto, é diferente cada um de nós fazer a sua redação e depois um manda para o outro. *Ó pá não gostei, não sei o quê.* Eu, nisto, sou antiquado. E sentados numa mesa, isso foi o que aconteceu nesta reunião de representantes, as coisas funcionaram. Recordo-me, por exemplo, e já que teve o cuidado de transcrever algumas coisas, eu ia ser um bocadinho mais rigoroso numa matéria do que a Dra. Céu, eu ia dizer que me recordo, em relação àquela proposta que apresentamos da Comissão de Acompanhamento, ela começou e nasceu como Acompanhamento do Parque Escolar, que foi isso que gerou a sua reação. A primeira expressão usada foi Comissão de Acompanhamento do Parque Escolar, recordo-me perfeitamente, gerou em si, não só a verbalização do descontentamento como a expressão facial do mesmo. E, então foi de facto aquele olhar forte de supressa. E, eu como sou novato, aceitei as sugestões e disseram-me que se calhar não fazia sentido, por isto e por aquilo. E, de leal se faz razão. E, de facto decidimos mudar a sua designação, depois de dizermos qual era o âmbito, qual era as nossas intenções, para a designação de Educação e não Parque Escolar. E, na altura penitenciei-me pela minha ignorância e pelo meu desconhecimento em relação a algumas coisas que me disse, nomeadamente, em relação ao acompanhamento, por parte dos presidentes de Junta. Eu queria deixar estas notas aqui. Mas penso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

manter essa conferência de representantes, e se saísse daqui hoje com esse ganho em termos de valorizar a nossa Assembleia, o nosso Regimento ficaria mais rico, estou certo. E foi um bom trabalho, gostou, com certeza vai gostar ainda mais, porque estarei mais preparado da minha parte e com certeza contribuirei e ouvirei muito da sua parte também.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Agora, quase que me apetecia fazer aqui um exercício de costurica, dos filmes. Punha uma banda a tocar atrás de mim, lia o mesmo texto e respondia a todas as questões que aqui foram colocadas, porque apresentamos propostas todas e fundamentamos todas. Podem não concordar com elas, mas todas elas foram apresentadas e fundamentadas. Relativamente, às propostas que foram aceites é importante dizer aqui algumas coisas. Primeiro, a grelha sempre foi apresentada como sugestão, mas como uma sugestão menor, no contexto do Regimento para uma mais fácil leitura do mesmo, para quem olhasse para o Regimento e quisesse saber os tempos não tivesse que andar à procura nos artigos e tivesse um anexo e os anexos podem ser substituídos a qualquer momento. A questão das grelhas, quer dos tempos, quer dos grupos e das comissões era por uma mais fácil e foi simples de ser aceite, acho que não houve questões, relativamente a isso. Há questões que nem sequer eram discussão. Quando apresentamos o email era para facilitar e não fazer com que andassem com as questões que foram aqui referidas. Por exemplo, não referiu uma questão que está a ser utilizada a título experimental, que nós propusemos, que é a questão da plataforma. Por exemplo, foi uma proposta que fizemos, para que os documentos tivessem todos dentro de uma plataforma, para que, a qualquer momento, qualquer um dos elementos da Assembleia Municipal quisesse consultar documentos de sessões anteriores, quer atas, quer documentos que foram apresentados, possam ir à mesma e aceder aos documentos. E, por isso também foi uma questão menor que nem sequer referimos aqui e que foi aceite e que neste momento está a funcionar a título experimental. Relativamente às questões dos emails, não queria aqui entrar em questões de pormenor. É assim, eu tenho por hábito manter o debate, sempre, mas quando nalguma circunstância recebo um email que me diz, decidimos, fechei, encerrei. Nós decidimos que, pronto fechei. Têm a maioria decidiram que encerrou o debate. Não tenho que responder a nada, porque o email diz isso, nós decidimos que, sim, mas depois disso para mim fica fechado o assunto. Parece-nos que podíamos ou a opinião é esta, mas aí mantemos a porta aberta, mantemos a janela, deixamos lá um papel, para que a porta não batesse. Há uma possibilidade, decidimos que, fechou. Tem dezanove, nós somos dezassete, acabou. Foi isso que depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

acabaram por dizer aqui. Por isso, nem sequer vale a pena irmos por aí. Relativamente à questão da comunicação social, também foi aqui abordada. É uma questão importante dizer, por exemplo, que no último mandado a comunicação social não filmou em direto porque a Mesa da Assembleia, não o permitiu. E uma das propostas que aqui foi apresentada na conferência dos líderes, era que a comunicação social pudesse estar nesta sala de forma que pudesse captar imagens e som, com muito mais qualidade e referiu-se até que isso fazia sentido. E que se ponderaria, essa situação. Isso não foi dito aqui, mas é bom, que também fique registado em ata, que esse foi um dos assuntos que foi debatido e que foi proposto para que fosse permitida a filmagem com qualidade pela comunicação social e a transmissão, em direto, das Assembleias Municipais.» -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «Boa noite a todos. Eu queria, fazer uma pergunta a esta Assembleia, ao senhor presidente, ao público presente. É legítimo, é normal estarmos a esta hora, meia hora, amanhã é dia de trabalho e estamos a tecer elogios uns aos outros, com conjecturas, uns sobre os outros, riam-se à vontade. Eu não ando nisto, eu não sou novata. Já ando nisto há muitos anos. E o público sempre falou nas Assembleias Municipais, muito pertinentes. O senhor se calhar não era nascido. O público deve, pode e será bem-vindo, se falar em primeiro lugar, porque se não falar em primeiro lugar, não vem. Ninguém vem, passados três horas de estarmos os representativamente eleitos a falar dos assuntos dos lousadenses. Ninguém tem paciência, tempo, sanidade mental, para nos aturar. A cultura política vai mal se isto continua assim. Nós temos que gerir tempos, intervenções, falar do que quisermos, com certeza, que esteja dentro da ordem do dia. E, na ordem do dia, estamos no primeiro ponto e nada foi votado. E, aqui chegado, quero dizer o seguinte: a partir de agora, tudo que for votado é ilegal, porque a convocatória foi para o dia vinte e dois de fevereiro e estamos a vinte e três de fevereiro. Ouça isto que eu estou a dizer é um assunto antigo e velho. Há horas senhores representantes dos grupos parlamentares, decidam-se, conferenciem-se, sejam objetivos, se querem tecer elogios entre vocês, teçam, se querem tecer críticas, teçam. Façam o favor de nos transmitir atempadamente e por email as informações pertinentes para nós estarmos dentro do assunto. E, chegados aqui sabemos o quê que vamos minimamente ouvir e esclarecer. Amanhã, é dia de trabalho. Aliás, daqui a bocado é dia de trabalho. Todos nós temos a nossa vida. Mal estavam os presidentes de Junta se as horas de reuniões das Assembleias de Freguesia, durassem duas e três horas. E têm muitos pontos para tratar e o público está lá. Às vezes está mais público do que membros das Assembleias. E, este é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o lugar do debate. Se o público quiser perguntar, deve o perguntar. E aqui está o senhor presidente para o esclarecer. Mau era, isto é sinal de medo, de fraqueza, senão querem o público, em primeiro lugar. Mais ainda lhe digo, não é só sinal de medo, de fraqueza, o público não vai gostar da política feita em Lousada, no lugar que é lugar da democracia. O público lê a informação distorcida, que muitas das vezes é passada quer nas redes sociais, quer na comunicação social. É aqui que ouvem in loco as nossas posições. E, para terminar, digo-lhes que é de bom-tom, é de boa educação e perdõem, o meu tom, mas estou desesperada, esta não é a casa da troca de elogios, se me permitem, nós vimos aqui tratar de assuntos sérios, e vimos aqui representar os lousadenses, e os lousadenses não precisam de ver filmado na televisão, por qualquer canal, os nossos elogios, as nossas trocas de galhardetes. Isto aqui não é um tecer e o enaltecer dos nossos egos. Isto aqui é resolver questões dos lousadenses. E com esta me fico. Desculpem o tom exaltado. Eu, espero que os líderes parlamentares conferenciem, ditem horas, regras e times. E, ao mesmo tempo, mandem se fazem favor, por email, o que é que vão aqui dizer hoje, que é para nós estarmos minimamente informados, se queremos ou não queremos estar até ao fim da reunião. Obrigada, a todos e desculpem o tom, mas nesta hora da noite, já ninguém aguenta.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu tinha aqui uma série de assuntos para falar, mas vou reduzir isto a um décimo para não me demorar muito. Eu, aliás, nem sei o que é que cá estamos a discutir ou para quê que estamos aqui a discutir. A partir do momento que o partido que tem a maioria chega aqui e disse, não, nós temos um programa, é este programa que vamos manter até ao fim, acabou-se. Peço desculpa, foi o que a Maria do Céu disse, que tinham um programa e é esse programa que se vai manter. Peço desculpa, depois quando vierem as atas vamos ver, na próxima Assembleia trago isso. Voltando ao ponto, em relação à questão da rotatividade das intervenções ou das rotações das intervenções, eu não percebo qual é o problema. Se é assim uma questão tão inócua como diz o João Correia, tanto pode ser de uma maneira como da outra, qual é o problema? Mas vocês mantêm-se como está, não optam por dizer muito bem, vamos experimentar, isto é inócuo, a nós não nos incomoda, vamos tentar outra forma, vamos ver. Não percebo essa falta de abertura. E, quanto ao facto de às vezes não termos tempo para intervir, Maria do Céu, não sei se assistia às Assembleias anteriores, mas isso aconteceu muitas vezes. Muitas vezes aconteceu, que o grupo, na altura Coligação Lousada Viva, não tinha oportunidade muitas vezes de responder. O João Correia sabe que é verdade, é verdade, não estou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mentir. É uma questão de opinião. Mas, é verdade. Depois eu acho que isso é inócuo. Digam porque não, então. Não me digam porque sim, digam porque não. Outra questão sobre a intervenção do público, é óbvio que ninguém gosta de esperar. Como disse a Maria do Céu, é assim que fazem, as pessoas que esperem, quem precisa, espera. Eu, fui ao Hospital Padre Américo, nem de propósito, estive lá toda a tarde e até tarde da noite. Claro precisei, esperei. Conclusão, hoje de manhã, para me levantar às sete horas e trabalhar, calculam a dor de cabeça que foi. Não foi fácil. Isto de esperar, fiquem, esperem se precisam é uma atitude de prepotência. Se não é assim tão inócuo, as pessoas fazerem a intervenção no início, então porque é que não se faz? O Dr. Jorge Magalhães estava a dizer que não é do meu tempo, que eu sou muito nova, que já esta situação foi assim, em tempozitos. Também, gostava que me clarificassem, o que é que isso incomodou tanto o funcionamento desta Assembleia. Se incomodou assim tanto foi assim uma coisa horrível, foi uma coisa pavorosa que tornou os trabalhos completamente caóticos. Quer dizer, não estou a ver, também qual é diferença. E, outra coisa ó João Correia, também essa questão de pôr os problemas aos deputados, claro, acho bem, é um meio privilegiado. Se, assim puder ser melhor. Também não podemos ter ali o espaço, é pequeno. Não podemos ter ali Lousada inteira a ouvir-nos. No entanto, vamos dar o direito às pessoas de decidirem, se querem vir cá. Não percebo qual é o problema. E se elas quiserem vir cá. É prepotência, porque não falar no início. Se são duas ou três questões, porque é que não colocá-las no início. Não entendo isso, juro-vos que não entendo. Mas, isto é sincero. Nem estou a fazer demagogia. A questão de mandar emails e se também se referiam a mandar emails para a Câmara, nós temos os testemunhos dos senhores presidentes de Junta que é que acontece às respostas que vos dão, zero. Portanto, se não dão respostas a um presidente de Junta, dão resposta a um cidadão. Eu muito me espantaria, mas pronto um cidadão comum, se calhar merece mais respeito, que um presidente de Junta, não sei. Não estou a dizer nenhuma mentira. E, agora vou terminar, devido ao adiantado da hora, realmente amanhã tenho que me levantar às sete horas, com a certeza, porém de que não vou ter oportunidade de rebater nenhum dos vossos argumentos, nunca.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo do Partido Socialista: «Relativamente a alguns pontos eu queria esclarecer o senhor António José, fez-me um desafio quase que tenho medo de tecer elogios. Relativamente, ao senhor António José, o que disse sobre o desafio de hoje ver aqui aprovada a conferência de representantes sai daqui e publicamente com uma resposta da minha parte, vertido no Regimento. A resposta é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aquela que foi dada via email. Não vou alterar a decisão do grupo municipal. Mas, a reunião que resultou do nosso trabalho, que o senhor sabe que eu saí com boa disposição e satisfeita pelo trabalho desenvolvido. Sempre que me convidarem eu estarei presente. É este o desafio que eu disse, porque deixei claro no email, ainda que, informalmente, nos possamos reunir. Não acho que faça sentido o cariz de obrigatoriedade de aquando de todas as Assembleias reunirmos. É esta a abertura que tenho hoje e será assim até ao final do mandato. Relativamente, à intervenção da senhora Cândida Novais, eu devo dizer o seguinte, todos nós fomos eleitos democraticamente, mas só foi candidato quem quis. E, portanto em prol do esforço que é representar o povo, só cá está, quem quer, dê até que horário der, porque é isso que o povo depositou em nós, foi essa confiança de os representar, independentemente da hora. Relativamente, à questão de dizer que eu disse que o público ficava para o final, não fui eu que trouxe a candidata à Assembleia Municipal, dizer que foi projeto e candidatura deles, colocar o público a intervir no início. Não fui eu, que falei de programa político/partidário. Aqui está o interesse do público e para manter a boa disposição da Dra. Cândida Novais, se o público intervir seis minutos e intervirem dez pessoas, que é possível e está previsto para a intervenção da ordem do público, são sessenta minutos de intervenção. Estão todos aflitos com o horário desta Assembleia, estamos a falar de mais sessenta minutos antes, quando se forem questões importantes as pessoas têm diversos meios de os fazer aqui chegar e sobre isto não me alongo mais. Cidália, conhece-me há muito tempo, acusar-me de prepotência, quando eu defendo o público e o povo a toda a hora, pareceu-me demais.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Invetivado pela Dra. Cidália sobre essa matéria, porque é que as circunstâncias foram assim num determinado tempo. No meu segundo mandado, o público passou para o início da ordem do dia. O Regimento foi cooptado, quando fui eleito, era na altura presidente da Assembleia Municipal o Dr. Mário, o regimento que funcionava na Assembleia Municipal era do tempo do PSD. Não houve nenhuma alteração substancial. A primeira alteração substancial foi proposta na altura pelo senhor presidente da Mesa o Dr. Mário, experimentou, o que é que iria dar a circunstância de pôr o público previamente a falar. Verificou-se que efetivamente chegava à hora do público intervir e não estava aqui ninguém. Verificou-se de uma forma repetida que não haviam pessoas para intervir na Assembleia. No mandado seguinte fez aquilo que era prudente, colocar no final da Assembleia o público a falar, as pessoas, muitas ou poucas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vinham cá e faziam aquilo que lhes cabe fazer, interpelar sobre aquelas matérias que entendiam. A grande questão que se põe foi neste contexto, não houve aqui nenhum passo de mágica que permitiu alterar. As razões foram estas, claramente, entenderam os membros da Assembleia, que a prudência, mandava que assim fosse. Nunca foi matéria que suscitasse grande problema, porque como disse e bem, houve aqui, uma ou outra vez, algumas intervenções, mas inócuas, até porque esta Assembleia em termos legais não está direcionada para o público. Como é dito e de facto é essencialmente um local de discussão e de acompanhamento da atividade do Município. Portanto é neste contexto que as coisas se têm passado, grosso o modo, nas Assembleias Municipais, por todo o lado. Independentemente de se concordar ou não sobre estas matérias. Eu entendo que independentemente de qualquer outra convicção podem voltar a experimentar, vir outra vez para o início, mas provavelmente vai redundar naquilo que eu estava aqui a dizer. Foi a experiência que tivemos.» -----

-----De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: ““A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regimento, conforme estabelece a alínea a) do n.º 1, do art.º 29, coadjuvado com a alínea a) do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro””. -----

----- A proposta número um foi aprovada por dezanove votos a favor, quinze contra dos seguintes membros: Júlia Maria Ferreira Ribeiro, António José Mendes Pacheco, Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Manuel Dias Furtado, Cidália de Lurdes Pereira Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela, João Fernando Pinto Magalhães, presidente das Freguesias de Figueiras e Covas e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. E uma abstenção do seguinte membro: Joana Filipa Meireles Costa representante legal de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira.-----

----- TERCEIRO PONTO: Adenda ao Acordo de Execução Realização de Obras de Reparação e Manutenção nos Estabelecimentos de Educação Pré-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico - Freguesia de Macieira. -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Julgo que todos perceberam o que está em apreço. A prática que tivemos com todas as outras Juntas foi de prorrogar os efeitos do contrato anterior. No caso de Macieira, como não havia contrato anterior, tem que haver esta adenda para haver algo para iniciar a delegação de competências na freguesia de Macieira, em relação ao Parque Escolar.» -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da Adenda ao Acordo de Execução Realização de Obras de Reparação e Manutenção nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico – Freguesia de Macieira, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Manuel Teixeira Gonçalves e Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- QUARTO PONTO: - Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada -----

----- Neste ponto a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Atividades da CPCJ, no âmbito da avaliação da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada no ano de 2017, bem como a respetiva ata de aprovação em sede de reunião de Comissão Alargada, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 32.º da Lei n.º 147/99, de 01/09, com as alterações introduzidas pela Lei 142/2015, de 08/09. -----

----- QUINTO PONTO: Documentos Previsionais da AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa, para o ano de 2018 -----

----- Neste ponto a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Documentos Previsionais da AMVS – Associação de Municípios do Vale do Sousa, para o ano 2018, conforme estabelece o n.º 3 do art.º 30.º dos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Sousa. -----

----- SEXTO PONTO: Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa; b) Comissão de Acompanhamento da Ação Social -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Relativamente às Comissões, claramente, houve um acordo na Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário, mantendo aquilo que era a comissão anterior, como já aqui foi dito, eram os presidentes de Junta mais diretamente envolvidos, Lustosa e Barrosas Santo Estevão e Sousela que, entretanto, com as eleições mudou o presidente de Junta e um membro do Partido Socialista. Uma vez que, neste caso, passariam a ser dois presidentes de Junta da Coligação. Relativamente à Comissão da Ação Social, que foi renominada, porque inicialmente a comissão chamar-se-ia Habitação Social e era essa a proposta inicial e a red denominação para Ação Social transforma isto numa coisa totalmente diferente, não vamos ser ingénuos. Uma coisa é nós estarmos a acompanhar a habitação social, outra coisa é haver uma Comissão de Acompanhamento, que acompanha a ação social. Tudo isto dá um sem número de competências de acompanhamento diárias que não existiam se fosse só com a habitação social. A proposta que é feita pelo Partido Socialista, é que a comissão seja constituída por três elementos, dois do Partido Socialista e o que é dito é um elemento da Coligação, é assim que está no email. As comissões têm de ser constituídas sempre por um número ímpar e até ao máximo de nove pessoas. A nossa proposta, e foi isso que nós dialogámos, lá fora, era que se avançasse para uma maior representatividade, ainda que com a maioria do Partido Socialista, fazendo incidir aquilo que é o espírito da lei, que as comissões sejam representativas daquilo que é a composição da Assembleia Municipal e não excluir da Comissão da Ação Social um dos grupos parlamentares, que se avançasse para um número ímpar, imediatamente a seguir de cinco elementos, três do Partido Socialista, um do PSD e um do CDS, seria essa a proposta e não aquela que, inicialmente, estaria consensualizada, por email. Quanto a isso, acho que há acordo.» -----

Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É um facto que reunimos, como vocês todos assistiram, muito em cima da hora. E, de facto, gostava de ter recebido uma contraproposta, porque eu pedi que qualquer situação que não concordassem, que me devolvessem para não estarmos a decidir estas coisas a dois minutos de começar uma Assembleia. E, para perceberem que efetivamente temos vontade. Eu percebo que isso podia ser trabalhado na Conferência de Representantes. Eu percebo o que querem dizer, senhor Dr. Leonel, eu consigo percebê-lo, daqui. A questão é: ninguém disse que não poderíamos ter reunido, aliás, isso ficou alinhavado da reunião, que era voltamos a reunir para trabalhar estas questões ou trocamos emails. Eu troquei, só não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

obtive resposta. O que eu quero dizer é que ali dentro foi-me feita esta proposta, eu fechei. Cá dentro tinha definido três elementos. E três elementos em termos de representação daquilo que foi a votação dos lousadenses, parecia-me lógico, dois do Partido Socialista e um para a Coligação, disseram-me que essa história da Coligação era uma não questão. Foi a votos uma Coligação. Estão aqui dois grupos municipais, mas disseram que isso era uma não questão. Eu vou tentar fechar os olhos e fingir que isso é uma não questão, porque agora iriam abrir-se muitas não questões. O que eu quero dizer é que eu estou sempre aberta à evolução e ao diálogo. E, de facto, estava ali a pensar e porque não, mantemos a maioria, mantemos a vontade do povo e porque não cinco elementos. Portanto, isto é uma questão de me deixarem pensar. E se me tivesse respondido no email a dezasseis de fevereiro, isto já tinha os nomes, a D. Rosário tinha agilizado e era tudo muito mais fácil, bastava que me tivesse respondido ao email. E, sim temos cinco lugares para apresentar, três para o Partido Socialista, um para o PSD e outro para o CDS, portanto, por voto, presumo que se possa agora apresentar os nomes.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Dr. Jorge Magalhães do Grupo do Partido Socialista: «Eu diria o seguinte, até porque estamos muito em cima da hora, não sei se têm os nomes. Eu sugeria que esta situação ficasse para se fazer a eleição na próxima reunião. Acho, que não é altura e não se mostra adequada para resolver o problema, até é por voto secreto. Acho que me parece pertinente. Eu ponho à consideração da Assembleia.» -----

----- Este ponto foi retirado da ordem do dia por unanimidade de trinta e cinco votos nos termos n.º 3 do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- SÉTIMO PONTO: Comissão de Acompanhamento da Educação ----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Esta poderá ser também uma grande questão, se a argumentação utilizada para a inexistência de uma Comissão de Acompanhamento de Educação, for a que existe Conselho Municipal de Educação, também não faz sentido que exista uma Comissão de Acompanhamento da Ação Social. Nem faz sentido que exista muitas outras comissões de acompanhamento, porque as comissões de acompanhamento são constituídas pela Assembleia Municipal, com membros da Assembleia Municipal. O Conselho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal da Educação é um órgão consultivo. É assim, a lei sete dois mil e três, que entretanto sofreu pelo menos três alterações, prevê um sem número de representantes do Conselho Municipal da Educação, e transforma o Conselho Municipal de Educação num órgão consultivo. Aliás, o objetivo do Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo. No artigo quatro são elencadas uma série de competências, que eu não vou estar aqui a ler porque qualquer pessoa poderá consultar. A verdade é que não há sobreposição de posições na existência de uma Comissão de Acompanhamento de Educação e a existência do Conselho Municipal de Educação. O Conselho Municipal de Educação tem competências, claramente definidas e que não decalcam em nada aquilo que poderá ser uma Comissão de Acompanhamento. Um dos argumentos que utilizei na conferência de líderes, foi que, e posso ser desmentido pelo senhor presidente da Câmara, foi que há uma série de competências que estão a ser atribuídas aos municípios, não estou só a falar na Municipalização da Educação, mas estou a falar de um conjunto de transferências, que estão a ser passadas ou que se está a tentar que passem para os Municípios, no âmbito dos processos de descentralização e a educação é provavelmente o sector mais avançado neste sentido de descentralização. Há uma série de competências que passaram para as Juntas de Freguesia ao abrigo dos protocolos celebrados. Como aqui vimos hoje até num dos pontos da ordem de trabalhos e estas comissões terão como objetivo fazer um acompanhamento destas coisas e muitas outras que não se enquadram no âmbito direto do Conselho Municipal da Educação. Por exemplo, o acompanhamento do funcionamento das AEC`S. O acompanhamento, por exemplo, das transferências de competências para as Juntas de Freguesias, se, calhar, até para nós percebemos aquilo que os presidentes de Junta, muitas vezes dizem, que o dinheiro transferido, não é suficiente. E, se calhar, para nós percebermos que algumas das reflexões que aqui já foram feitas sobre educação e sobre necessidade de repensarmos de forma mais concreta e pormenorizada algumas questões de educação. As comissões têm obrigatoriedade de apresentar relatórios à Assembleia Municipal, que é coisa que nunca aconteceu, tirando a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, as outras comissões, eu não me lembro de algumas das comissões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

terem apresentado aqui algum relatório para nós vermos, posso estar enganado. E, se estiver enganado, sou o primeiro a assumir. Mas, há várias comissões e eu não me lembro de algum dia se ter aqui apresentado relatórios sobre as comissões existentes. Mas, é muito importante nós percebermos que há muito a fazer na educação e há muito a acompanhar na educação. E, é importante, que este órgão, que é como já aqui se repetiu várias vezes, a casa do povo, se envolva mais nesta questão. Já se fez muito em educação em Lousada. E eu fui daqueles que aqui várias vezes o vim dizer e várias vezes o reconheço, acho que se ia fazer muito, exige alguma reflexão. Eu posso lançar aqui algumas coisas para debate. Eu, por exemplo, dei-me ao trabalho de fazer o levantamento das escolas que existem em Lousada através do infoescolas, que só vai até dois mil quinze, dois mil e dezasseis. E, é importante, por exemplo que esta Câmara, comece a refletir que nós temos vinte e cinco escolas básicas do primeiro ciclo e que destas vinte e cinco escolas, há onze, que têm menos de cinquenta alunos. E, que em dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, há várias escolas que abriram turmas do primeiro ano com oito, dezasseis, quinze, dez, cinco, dezassete, treze, cinco, doze, dezasseis, sete. Eu vou dizer isto como reflexão e depois podem-me cair em cima como quiserem. Eu pertenço ao Conselho Municipal da Educação, ao Conselho Permanente da Câmara do Porto. No Conselho Municipal de Educação falou-se abertamente com todos os diretores, porque eles lá estão todos representados e foram eles próprios, sem qualquer tipo de pruridos, que fizeram uma proposta de reordenamento da rede, para fechar escolas do primeiro ciclo, com setenta alunos. Foram, os diretores do Porto. Escolas que estão há vezes como aqui a cinco, a dez minutos uma da outra. Acho que era importante, nós fazermos um debate sério sobre isto. Quando nós abrimos turmas, porque depois, isto implica, necessariamente turmas mistas, quando nós temos escolas com trinta e oito alunos, quarenta e oito alunos, trinta e dois alunos, trinta alunos, cinquenta e quatro alunos, cinquenta e três, trinta e sete, quarenta e oito, trinta, com quatro anos letivos a funcionar, alguma coisa não está a funcionar bem.» -----

----- Intervenção da Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista «Relativamente a esta comissão, eu tive oportunidade de dar a resposta via email, como se referiu há pouco. E, nós decidimos não avançar, porque efetivamente, achamos que ela, em determinados pontos, repete a atuação do Conselho Municipal da Educação. Isto, não é fazer cavalo de batalha, é mesmo, não duplicar funções. Eu acredito, que algumas pessoas não viram representados no Conselho Municipal da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Educação as suas ideias, mas, se repararmos no Conselho Municipal da Educação, todos os participantes, toda a composição deste conselho é representativa das escolas, com os seus diretores eleitos. É representativo das Associações de Pais, é representativo da Associação de Estudantes, do Centro do Ensino Público, Secundário, Básico, com o senhor vereador do Pelouro da Educação, e cujos objetivos são essencialmente o que o Prof. Filipe fez questão de salientar. Mas, uma das competências é também e aquilo que dizia analisar o funcionamento da educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente, à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo. E, como vocês sabem, o sistema educativo, faz isto tudo, nomeadamente, medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens, presumo que as AEC'S possam ser enquadradas neste âmbito. Reparem, eu percebo o quanto a educação é importante para este concelho. Aliás, hoje tive a oportunidade de rever um vídeo e agradeço a quem de facto o publicou. Basta ver esse vídeo de há muitos anos atrás, para vocês perceberem, o que foi feito em matéria educação e o quanto se está atento às problemáticas de educação. Acho, que este Conselho Municipal de Educação, que é bem representativo dos agentes de educação, neste concelho, é suficiente para estar atento a estas problemáticas. O nosso vereador da Educação, foi diretor de uma escola durante muitos anos e foi das pessoas que mais combateu o insucesso e abandono escolar deste concelho. Conhece as escolas deste concelho como ninguém. E não esqueçam todos os outros representantes que aqui estão presentes nesta comissão. Dá-me a sensação que, às vezes, fazer comissões sobre outros órgãos que já trabalham nestas matérias é muitas vezes criar um impasse de atuação e causar constrangimento. Não é fazer disto um finca pé só porque dizemos não, porque não. É não, porque isto é desenvolvido. Digam-me o que é que perante estes eleitos para o Conselho Municipal da Educação, não se pode chegar a informação. O senhor Filipe deu-se ao trabalho de reunir informação. Faça-a chegar a este órgão. Se a vontade é trabalhar, trabalhe nesse sentido. Eu, não vejo problemas. Agora, criar mais uma comissão dá-me a sensação que estamos a fazer trabalho em paralelo e, vocês sabem quando estão várias pessoas a fazer trabalhos paralelos, parece-me que não há comunicação, não é necessário. Façam chegar essa informação. Foi só, perante este tipo de argumentos, olhando para as competências do Conselho Municipal da Educação e perante aquilo que vocês disseram, que seria então esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Comissão de Acompanhamento da Educação, que nos pareceu desnecessário. Não é dizer que não queremos, parece-nos desnecessária.»--

----- Intervenção do Sr. António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Em relação, à composição da Comissão de Acompanhamento, por cinco elementos, acho que é a democracia, a funcionar. Tanto se falou aqui de que esta é a casa da democracia, só assim há democracia, senão não havia. Em meu entender, porque atendendo àquilo que é uma Comissão de Acompanhamento estar digamos adstrito apenas a dois grupos, outro de facto e perdoem-me, mas é verdade, existem três grupos municipais, um deles estaria de fora. E, não me pareceria, de todo, uma boa prática democrática. Sobre a questão da Comissão Acompanhamento da Educação, daquilo que julgo saber, penso que não colidem em muitas matérias o que é uma Comissão de Acompanhamento e aquilo que é o Conselho Municipal da Educação. Acho que ficávamos mais ricos aqui na nossa Assembleia se existir, essa comissão. E, como ninguém tem medo, também penso que isso não seria desprestigiante para ninguém.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Estavam a falar do Conselho Municipal de Educação. Sinto que há um problema que, inclusivamente, já troquei algumas ideias com o deputado João Carlos e, de facto, eu estou aqui com uma gripe e quero crer que é devido ao frio que tenho passado em diversas salas da Escola Básica e Segundo Ciclo e Secundário de Lustosa. Eu sei que as instalações não são uma competência da Câmara, mas, já agora, se alguém pudesse fazer alguma força para o sistema de aquecimento melhorasse. Todos agradeciam.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu venho só aqui lembrar o que diz o artigo terceiro, ponto número três, porque o ponto número um diz: compete à Assembleia Municipal, quando a Câmara Municipal pede para se pronunciar. Mas, no ponto número três diz assim: compete ainda à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal os serviços municipalizados, etc.. bem como, apreciar a execução dos contratos, delegações de competências previstas na alínea tal tal... ou seja, de facto, as comissões que são criadas, no âmbito desta Assembleia Municipal, têm única exclusiva finalidade aquilo que está plasmado neste regulamento e na lei, que é acompanhar. Por isso, acompanhamento não é de consultoria, não é de dar informações, dar pareceres, acompanhar e fiscalizar. Ó senhora deputada, são coisas completamente diferentes. Por isso é que temos uma Comissão da Ação Social, que também existe o CLAS e então não é preciso, porque o CLAS,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

também tem nesse âmbito, um conjunto, de representantes até muito mais alargado e não é por isso que os senhores acabaram de aprovar a Comissão de Ação Social. Há aqui com certeza alguma incoerência. Vamos ser claros. Alguma incoerência. Há uma incoerência de princípios. Há uma incoerência na forma de atuar. Acho que é altura também de emendar a mão, não vos fica nada mal. Emendar a mão, efetivamente, perceberem que de facto, esta é uma competência da Assembleia, fomos eleitos para isso, para fiscalizar a Câmara. Se, não, o que é que viemos cá fazer? Nós somos eleitos para sermos fiscalizadores da atividade da Câmara e acompanhar e, inclusivamente, se for o caso, dar pareceres de melhoria, seja qual for a atividade. Nós podemos criar as comissões que quisermos. Aliás, as comissões podem ser propostas por um membro não é preciso ser um grupo parlamentar. Qualquer membro pode propor comissões. É verdade, assim diz no regulamento. Se achar pertinente, podem depois não ser aprovadas e vocês estão no vosso direito de não aprovar estas comissões. Ninguém está a dizer o contrário. Agora, não venham para aqui, atirar areia para os olhos argumentando coisas que não têm nada a ver. Isto é que é a realidade. Portanto, vamos lá ver se a gente se entende sobre isso.» -----

----- Intervenção João Fonseca do Grupo Municipal do partido socialista: “Quando, ouvi esta proposta, veio-me uma imagem à cabeça. Não sei, certamente, muito de vocês terão internet e muito de vocês frequentam as redes sociais e já viram uma imagem que há tempos circulou e cada passo circula. Em que se vê um funcionário, não sei muito bem qual a sua empresa para que trabalha, mas vê-se um funcionário a trabalhar num buraco e depois vê-se umas dez, quinze pessoas à volta. É o fiscal, é o fiscal do fiscal, é coordenador, é o diretor, é o adjunto, aquilo é tudo e mais alguma coisa. Nós temos um órgão com funções para analisar e para acompanhar as questões da educação a nível do Município. Todos, nós temos a possibilidade de fazer esse acompanhamento mesmo que não seja em comissões. Todos nós somos algo mais do que membros de uma Assembleia Municipal. Eu, além de ser membros da Assembleia Municipal, sou pai, sou professor e posso também concorrer a esses cargos e posso concorrer a lugares que permitam extra Assembleia Municipal, participar. Eu, se não concorri como pai para acompanhar a educação, não vou agora estar aqui a querer entrar por outra forma, dar a volta para chegar ao mesmo local. Eu, se como professor concorro e não consigo ser eleito pelos meus pares, não vou depois tentar dar a volta para entrar aqui de outra forma. Em relação, àquilo que a Cidália estava a falar, ela sabe e nós realmente já conversamos sobre isso, todos nós nos preocupamos com o frio. Eu ouvi aqui há bocado falar nas questões das escolas e se há escolas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mais. Todos nós já nos apercebemos que há alguma vontade de, se calhar, fechar algumas escolas. Não fazer obras noutras, tudo isto está em ata, todos nós sabemos disso. Se calhar pegar nalgum dinheiro e parte disso e construir umas estradas, também elas necessárias, porque se nós tivermos os alunos daqui do centro, os alunos de Pias, os alunos de Boim, a terem que fazer o pré-escolar no Agrupamento Escolas de Lousada, fazer primeiro ciclo e depois pedirem transferência para outro Agrupamento se calhar ia, dar jeito essas estradas para se deslocarem, mas perde-se por completo o objetivo da criação dos Agrupamentos de Escola. Quando se tem uma escola com o número reduzido de alunos e ao invés de se aproveitar essa oportunidade para termos turmas mais reduzidas e qualquer professor, que esteja aqui presente vê vantagens na redução de números de alunos por turma e pegamos nisso e vamos juntar os alunos todos em turmas maiores, estamos a perder uma oportunidade. Mas, aí é que está, nós não podemos chegar e dizer assim: Eu tenho uma turma pequena e então vou fazer turmas mistas, vou fechar esta escola para juntar todos os alunos numa escola ao lado. Se calhar, a posição que nós devíamos ter, é vamos aproveitar a oportunidade e termos um professor com uma turma reduzida.» -----

----- Intervenção da Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só para dar uma pequena resposta ao senhor Fausto. Vocês entendam-se, porque eu conversei com o meu grupo municipal. Agora, vocês parecem que não conversam. É, que no âmbito da reunião foi-me dito que objetivo não é fiscalizar, nomeadamente que os senhores presidente de Junta também fazem lá nas escolas e nas suas freguesias, certo. Que o objetivo era acompanhar. Agora, dizem, nós não queremos acompanhar, nós queremos fiscalizar. Aquilo que eu perguntei, a questão que ficou em aberto e umas das coisas que levou que essa comissão não tivesse ficado fechada, foi o seguinte: Senhor Filipe, já questionou os senhores presidentes de Junta se gostariam de ver avaliado o seu trabalho relativamente às obras que vão fazendo de apoio às escolas? Foi ou não foi o que eu disse? Vamos lá ver que ainda me lembro do que eu digo. Gostariam de ser fiscalizados? Será que eles gostariam de ver duplicado a fiscalização? E eu questionei sobre isto. Não! O objetivo é acompanhar, até porque, como disse o senhor António José Mendes e disse muito bem, inicialmente, a ideia do parque escolar eram as instalações, agora falamos de política educativa, vocês entendam-se. Eu só quero perceber qual é o âmbito desta comissão, porque eu só posso aprovar uma coisa se souber realmente o que é que vocês pretendem.» -----

----- Passou à votação do ponto número sete A Comissão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Acompanhamento da Educação, foi reprovada por dezanove votos contra e dezasseis a favor, com as declarações de voto dos seguintes membros: Senhor Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: “Parece-me claro, quer por aquilo que eu explanei quer por aquilo que o Fausto explanou, que não há nenhuma incompatibilidade nem há nenhum decalcar de competências entre aquilo que é uma Comissão de Acompanhamento de Educação e aquilo que é o Conselho Municipal de Educação. Além do mais, parece-me claro que a argumentação apresentada enferma de uma incoerência, porque o argumento é exatamente o mesmo quando é aplicado à Ação Social. E também não ficou aqui claro como a água, qual é o âmbito da ação da Comissão de Acompanhamento da Ação Social, por isso a argumentação está clara, quer de um lado, quer do outro. Nós votamos a favor. Eu voto a favor, porque considero que faz todo o sentido que esta Assembleia tenha constituída uma Comissão de Acompanhamento da Educação. Apresentamos os nossos argumentos, apresentamos as nossas propostas e votamos favoravelmente a constituição dessa Comissão. Votaram contra, apresentaram os argumentos, apresentaram aquilo que quiseram sobre o assunto e fica registado em ata a decisão de cada um sobre como sempre sobre estas decisões”. E do senhor António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: “Eu queria vincar também, claramente, que é uma perda para esta comunidade para a nossa Assembleia Municipal e, sobretudo, para a nossa comunidade que não tenha sido votada a favor esta comissão. Penso que está bem claro, não sendo, volto a dizer, um especialista na matéria, e tendo anos de história nesta arte de fazer política, mas por aquilo que li e se bem li as competências não colidem, não se sobrepõem, pelo contrário complementam-se. É esta opinião e a posição do CDS.” E do senhor Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: “De facto, eu votei favoravelmente e votarei sempre favoravelmente às comissões que nesta Assembleia se apresentem para acompanhar e melhor clarificar o trabalho da Câmara Municipal. E, nesse sentido, esta Comissão de Educação que é uma das bandeiras e tem sido uma das bandeiras do Partido Socialista em diversos momentos. E, de facto, tem tido um conjunto de investimentos nessa área e que precisam, por parte desta Assembleia, de um acompanhamento devido à importância deste setor na atividade da Câmara Municipal. A educação, de facto, é uma área que tem que ser acompanhada e fiscalizada a todos os níveis. E quando digo fiscalizar, porque isso não tem nada de negativo, é como quando se fiscaliza uma obra, que é para que ela seja melhor executada. Aliás, de notar que, infelizmente, não parece que tenha acontecido na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

execução de muitos Centros Escolares, porque padecem de uma boa fiscalização. Portanto, a fiscalização permite detetar erros, permite detetar um conjunto de anomalias, permite corrigir o rumo e permite avançar de uma forma muito mais capaz para o futuro. Este é o papel também das comissões e o papel dos membros da Assembleia Municipal no conjunto das suas competências.” E do senhor João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “Venho fazer uma declaração de voto relativamente ao meu voto contra. E faço por dois motivos que não foram aqui explanados pelos meus colegas. Primeiro, a competência para a fiscalização da atividade da Câmara Municipal é de toda a Assembleia Municipal e aquilo que eu entendo é que as Comissões, quando devem ser feitas, devem ser feitas para tratar de assuntos e temas em específico e devem ter objetivos claramente definidos, o que pelos vistos não era o caso. E tanto que não é o caso que isso passa para aquilo que é a minha segunda razão para votar contra. Quem já está há alguns anos nesta casa sabe que as Comissões não funcionam, salvo raras e boas exceções. Aliás, até me lembro da última intervenção que aqui foi feita pelo senhor Ferro, as Comissões nem reuniam e mandavam uns emails e não respondiam. Toda a gente se lembra disso. As comissões que existiam nunca funcionaram. Nós temos de pensar que elas muitas vezes não funcionam, porque nós não lhe damos o âmbito restrito que uma comissão deve ter em relação àquilo que é o dever de fiscalização de toda a Assembleia Municipal. Aquilo que se pretende aqui, é que um determinado grupo de pessoas que formam essa comissão, que tem uma determinada especialidade nessa matéria possam, de facto, acompanhar com mais detalhe e com mais pormenor aquilo que é a atividade de fiscalizador da Assembleia Municipal. Eu não vi aqui hoje e nós ainda vamos discutir isso na próxima Assembleia. Eu não vi estas comissões com âmbito específico de atuação. Eu quero saber o que é que elas têm definido. Eu quero saber quais são os trabalhos que planeiam fazer. Eu quero perceber qual é a orientação que vão seguir, será educação, educação sénior, será só educação juvenil, pré-primário. Vamos tratar da questão se as turmas são muito grandes, se são muito pequenas, se queremos que os alunos tenham bons professores ou se queremos ter turmas de trinta ou quarenta alunos. É isso. Eu preciso de saber o âmbito.”-

----- Não participou na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não houve intervenção do público -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica
apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro
votos.-----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Armando da
Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo
Estevão) e António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de
Freguesia de Vilar do Torno e Alentém -----

----- Eram uma hora e vinte e seis minutos quando foi dada por encerrada a
sessão.-----

A MESA

